

**AVALIAÇÃO DO MANEJO FLORESTAL DAS FLORESTAS NATURAIS E DA
CADEIA DE CUSTÓDIA DESDE A FLORESTA
ATÉ A SAÍDA DO PRODUTO DA EMPRESA
JURUÁ FLORESTAL LTDA -FAZENDA ARATAÚ
EM NOVO REPARTIMENTO, ESTADO DO PARÁ – BRASIL**

**CONDUZIDO CONFORME OS PRECEITOS DO FSC
E DO PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO FLORESTAL DA SCS
Programa de Certificação Acreditado pelo FSC**

**Certificado registrado sob número:
SCS-FM/COC-00045N**

**SUBMETIDO PARA
JURUÁ FLORESTAL LTDA.**

Distrito Industrial de Ananindeua, Quadra 06, Lote 03, Setor D
67695-000 – Ananindeua – Estado do Pará
BRASIL

Coordenado por Vanilda R. S. Shimoyama
Data da auditoria de campo: 20 a 23 de agosto de 2007

Data da versão final do relatório: 11 de novembro de 2007
Data da re-certificação: 11 de dezembro de 2007
Atualizado: Setembro 2008 e Janeiro 2009 (Seção 1.1 e 6.1)
Atualizado: 30 de Novembro de 2009 (Seção 6.2)

**PELA
SCIENTIFIC CERTIFICATION SYSTEMS
2200 Powell St., Suite 725
Emeryville, CA 94608, USA
www.scscertified.com**

Contato da SCS: Dave Wager - dwager@scscertified.com
Contato da Juruá / Arataú: **Idacir Peracchi** – idacir@juruaflorestal.com.br

Organização do relatório

Este relatório é o resultado da avaliação da equipe de auditores e está dividido em duas seções. Na seção A é apresentado o Sumário Público e as informações básicas requeridas pelo FSC (Forest Stewardship Council). Esta seção estará aberta ao público em geral e tem a intenção de propiciar uma visão geral do processo de avaliação, dos programas administrativos e gerenciais e do plano de ação em relação às florestas e o resultado da avaliação. A seção A será colocada a disposição na página WEB da SCS (www.scscertified.com), até no máximo 30 dias após a re-certificação. A seção B contém as informações mais detalhadas para o uso da empresa.

Processo de re-certificação

Processo de re-certificação da Juruá, fazenda Arataú na região de Novo Repartimento, Estado do Pará, Brasil. A Juruá Florestal gerencia um total de área de manejo de 24.955,00 hectares, sendo colhidas mais de 30 espécies nativas, sendo as mais importantes: Angelim-vermelho, Fava, Faveira branca, Ipê, Jatobá, Maçaranduba, Piquirana, Tauari e Tatajuba.
Área de exploração anual máxima = 2.800 ha

Volume anual aproximado = 55.000 m³, sendo em média 19.500 m³/ha

PREFÁCIO

A SCS – Scientific Certification Systems, certificadora credenciada pelo FSC – Forest Stewardship Council, foi contratada pela JURUÁ FLORESTAL LTDA. para realizar o processo de re-certificação das florestas naturais da Fazenda Arataú, localizada na região de Novo Repartimento, no Estado do Pará. De acordo com o sistema FSC/SCS, as operações florestais que cumprem os padrões internacionais de manejo florestal podem ser certificadas como “bem manejadas”, e por isso estarão habilitadas para usar o logotipo do FSC para fins de mercado.

Em agosto de 2007, uma equipe interdisciplinar de especialistas em recursos naturais foi contratada pela SCS para realizar a avaliação. A equipe coletou e analisou material documentado, realizou consulta pública através de e-mails e cartas, conduziu entrevistas, realizou auditorias de campo e escritórios por quatro dias, na propriedade requerida para a avaliação de re-certificação. Depois de completada a fase de coleta de dados, a equipe concluiu que a empresa cumpre com todos os critérios do FSC, de modo a recomendar a re-certificação.

Este relatório tem como objetivo apoiar a recomendação da re-certificação pelo FSC para a FAZENDA ARATAÚ da JURUÁ FLORESTAL LTDA., para o manejo das florestas naturais na região de Novo Repartimento, no Estado do Pará, em continuidade ao certificado já existente SCS-FM/COC-00045N. Algumas Ações Corretivas Maiores foram definidas pela equipe de avaliação, após a conclusão da auditoria de campo, as quais foram entregues a Juruá Florestal. A empresa as cumpriu em sua totalidade, antes da finalização deste relatório, conforme verificação da SCS. Caso a re-certificação seja concedida, a SCS irá colocar este sumário público na página WEB da SCS (www.scscertified.com).

ÍNDICE

PREFÁCIO	2
SEÇÃO A - SUMÁRIO PÚBLICO E INFORMAÇÕES BÁSICAS	4
1.0 INFORMAÇÕES GERAIS	4
1.1 - DADOS REQUISITADOS PELO FSC	4
1.2 CONTEXTO DO MANEJO FLORESTAL	6
1.2.1 Contexto ambiental.....	7
1.3 MANEJO FLORESTAL DA EMPRESA	8
1.3.1 Antecedentes.....	8
1.3.2. ÁREAS FORA DO ESCOPO DE CERTIFICAÇÃO	9
1.4 PLANO DE MANEJO	9
1.4.1 Objetivos do Manejo	9
1.4.2. Composição da Floresta.....	10
1.4.3 Práticas Siviculturais	11
1.4.4 Estimativa de sustentabilidade da produtividade florestal.....	15
1.4.5 Estimativa da produção planejada e atual.....	16
2.0 PADRÕES UTILIZADOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO	17
3.0 - O PROCESSO DE AVALIAÇÃO	17
3.1 DATAS DA AVALIAÇÃO	17
3.2 EQUIPE DE AVALIAÇÃO	17
3.3 PROCESSO DE AVALIAÇÃO	19
3.3.1 Itinerário	19
3.3.2 Avaliação do Sistema de Manejo	20
3.3.3.1. Modelo – Consulta Pública da JURUÁ Florestal – Fazenda Arataú	23
3.3.3.1. Modelo – Consulta Pública da JURUÁ Florestal – Fazenda Arataú	23
CONSULTA PÚBLICA	23
RE-CERTIFICAÇÃO FSC DA FAZENDA ARATAÚ	23
MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO (PA)	23
JURUÁ FLORESTAL	23
3.3.3.2. Modelo – Questionário de Consulta Pública da JURUÁ – Fazenda Arataú.....	24
3.3.3.3 Resumo das preocupações públicas e respostas dadas pela equipe	25
3.3.4 – Outras Técnicas de Avaliação	26
3.4 – TEMPO TOTAL GASTO NA AUDITORIA	26
3.5 – PROCESSO DE DETERMINAÇÃO DAS CONFORMIDADES	27
4.0 – RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	27
4.1 - PRINCIPAIS PONTOS FORTES E FRACOS DE DESEMPENHO DA JURUÁ FLORESTAL EM RELAÇÃO AOS P&C DO FSC	28
4.2 PRÉ-CONDICIONANTES OU CAR’S MAIORES	30
5.0 – DECISÃO SOBRE A CERTIFICAÇÃO	32
5.1 – RECOMENDAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO	32
5.2 – AÇÕES CORRETIVAS REQUERIDAS (CAR’S) INICIAIS	32
6.0 – AVALIAÇÕES DE MONITORAMENTO	35
7.0 RESUMO DOS PROCEDIMENTOS DA SCS EM RELAÇÃO A INVESTIGAÇÕES DE QUEIXAS	62

SEÇÃO A - SUMÁRIO PÚBLICO E INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.0 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 - DADOS REQUISITADOS PELO FSC

Empresa	JURUÁ FLORESTAL LTDA.	
Contato:	Idacir Peracchi Diretor Proprietário	
Endereço:	Distrito Industrial de Ananindeua, Quadra 06, Lote 03, Setor D 67695-000 – Ananindeua – PR - BRASIL	
Telefone	+ 55 (91) 3250-3080	
Fax	+ 55 (91) 3250-3222	
Email	idacir@jruaflorestal.com.br	
WEB		
Tipo de certificação	Três áreas, três planos de manejo.	
Número de UMF	03	
Número de UMF de avaliação com menos de 100 ha de área	--	
De 100 a 1.000 ha de área	--	
De 1.000 a 10.000 ha de área	02	
Acima de 10.000 ha de área	01	
Localização da floresta a ser certificada (Fazenda Arataú)	(ACAMPAMENTO)	(VERTICE DIVISA)
Latitude	Lat 04° 00' 50.8" S	Lat 04° 08' 49.3" S
Longitude	Long 50° 06' 51.6" W	Long 50° 10' 07.0" W
Fazenda Picapau Latitude	Lat 01 03' 56.1" S	Lat 1 01 23.088 S Lat 1 01 30.288 S Lat 1 01 24.600 S Lat 1 01 25.932 S Lat 1 01 31.944 S Lat 1 01 44.004 S Lat 1 01 39.144 S Lat 1 01 40.620 S Lat 1 03 45.216 S Lat 1 05 42.900 S Lat 1 02 56.220 S Lat 1 01 24.888 S

Longitude	Long 53 30'38.4" W	Long 53 30 25.452 W Long 53 30 12.996 W Long 53 29 53.628 W Long 53 29 45.852 W Long 53 29 39.876 W Long 53 29 29.616 W Long 53 29 16.404 W Long 53 29 15.648 W Long 53 28 10.776 W Long 53 30 43.704 W Long 53 30 31.464 W Long 53 30 25.596 W
Fazenda Sucupira Latitude	-	Lat 1 02 58.272 S Lat 1 05 43.548 S Lat 1 06 11.808 S Lat 1 06 36.756 S Lat 1 03 12.600 S
Longitude	-	Long 53 30 31.968 W Long 53 30 48.708 W Long 53 31 24.348 W Long 53 33 46.512 W Long 53 33 51.408 W
Região florestal	Tropical	
Área florestal total da avaliação incluída na UMF	30.651,527 ha	
Com menos de 100 ha de área	--	
De 100 a 1.000 ha de área	--	
De 1.000 a 10.000 ha de área	5.651,527 ha	
Acima de 10.000 ha de área	25.000 ha	
Posse da terra	Fazenda Arataú-Arrendada (100%) Fazendas Picapau e Susucupira - própria	
Número de trabalhadores florestais (incluindo terceiros) que atuam na área certificada	Na fazenda Arataú: 85 trabalhadores próprios, sendo 37 na área florestal e 68 na indústria. 35 trabalhadores de terceiros, responsáveis pelas atividades de campo. Nas fazendas Picapau e Susucupira: 44 trabalhadores próprios e 29 trabalhadores de terceiros, responsáveis pelas atividades de campo.	
Área de proteção florestal, protegidas das atividades de colheita florestal e manejadas preferencialmente para a conservação.	Área testemunha de 5% - 2.820,47 ha Zona de amortecimento – 16,5 ha	
Área florestal definida como Floresta de Alto Valor de Conservação	A empresa acaba de definir 3 áreas de Lajedo com atributos necessários para Alto Valor de Conservação	

Lista de valores de alta conservação presentes	A empresa possui uma lista de espécies da fauna que ocorrem na UMF, incluindo espécies ameaçadas.
Área florestal produtiva	26.628,415 ha
Área florestal produtiva classificada como “plantações” para cálculo da Taxa Anual de Acreditação (AAF)	N/A
Lista das madeiras comerciais incluídas na avaliação (nome botânico e comum)	UMF Arataú: Acapú, Angelim-vermelho, Cedrorana, Currupixá, Fava, Faveira branca, Guajará, Ipê, Jatobá, Louro, Maçaranduba, Piquirana, Tauari e Tatajuba UMF Pica-Pau: Maçaranduba, piquia, andiroba, goiabão, jatobá e Angelim pedra. UMF Sucupira: maçaranduba, goiabão, timborana, piquiá, andiroba e jotobá.
Volume anual aproximado autorizado para colheita	Faz. Arataú: aproximadamente 55.000 m ³ toras/ano (2.800 ha). Faz. Picapau (UPA01): 6.613 m ³ de toras e 1.726,17 m ³ toretes Faz. Sucupira (UPA01): 7.089,58 m ³ toras e 1.850,38 m ³ toretes.
Lista da categoria dos produtos certificados conjuntamente FM/COC e portando possíveis de serem vendidos como produtos FSC	Toras de madeira tropical

1.2 CONTEXTO DO MANEJO FLORESTAL

O manejo de florestas nativas, desenvolvido pela Juruá Florestal na Fazenda Arataú, deve seguir as normas e legislações nacionais e estaduais pertinentes à atividade. Devem ser seguidas as seguintes principais regulamentações:

Na esfera federal:

- a. Código Florestal Brasileiro (Lei 4771/65) e Instruções Normativas correspondentes.
- b. Aprovação do Plano de Manejo no IBAMA
- c. AUTEF – para a exploração florestal
- d. GF1 (TORA P/A SERRARIA), GF2 (VENDA SERRADO) – para o transporte de madeira

Na esfera estadual:

- a. Política Estadual de Meio Ambiente (Lei 5887/95)
- b. Emissão de Notas Fiscais, quando da comercialização de produtos.

Na esfera municipal:

- a. Recolhimentos do ISSQN, quando da utilização de serviços por parte de terceiros.

Além disso, são obrigatórios todos os recolhimentos trabalhistas, na esfera federal, que incluem:

- a. Recolhimentos previdenciários
- b. Recolhimentos para o FGTS

c. Recolhimentos aos órgãos corporativos (Contribuição Sindical)

1.2.1 Contexto ambiental

A Unidade de Manejo Florestal da Fazenda Arataú, município de Novo Repartimento, pertencente à Juruá Florestal município de Novo Repartimento, localiza-se a cerca de 65 km a sudoeste de Tucuruí, ao lado Direito da Rodovia BR-230 (Transamazônica), Km 206. O clima na região é quente e úmido. As temperaturas médias mensais apresentam pouca variação durante o ano, ficando na faixa de 25 a 26° C. A precipitação anual, em geral, é superior a 2.000 mm. Existe uma curta estação seca, onde o total de chuvas é inferior a 60 mm. Durante o ano existem dois períodos bem definidos, um nitidamente marcado por fortes chuvas que inicia em janeiro e prolonga-se até o final de maio e outro caracterizado por uma estação mais quente e menos chuvosa, indo de junho a dezembro. A umidade relativa do ar é sempre alta, em média 80%. Conforme indicado no mapa de relevo do Brasil, o município onde se situa a UMF está inserido em compartimento denominado Planaltos Residuais da Amazônia Meridional. Os Planaltos Residuais da Amazônia Meridional referem-se a relevos residuais, de uma superfície de aplanamento. Configuram topos planos, conservados em interflúvios tabulares de rebordos erosivos e abaulados, em altitudes acima de 400 m, e serras talhadas em rochas pré-cambrianas, de origem vulcânica, sub-vulcânica e metamórficas, representadas por granitos, riolitos, granodioritos, gnaisses, migmatitos e arenitos arcoseanos (IBGE-1996).

Os solos encontrados nessa região são o Podzólico Vermelho Amarelo, Latossolo Vermelho Amarelo, Latossolo Amarelo, Solos Litólicos e Laterita Hidromórfica.

Na UMF Fazenda Arataú, existem várias pequenas bacias hidrográficas, entretanto, apenas alguns cursos d'água receberam denominação pelo serviço cartográfico do exército (DSG). A oeste encontra-se o igarapé do Doze e ao sul o rio Caripé e o igarapé do Onze.

A vegetação predominante é a Floresta Ombrófila Aberta com Palmeiras, caracterizada por um dos mais altos índices de biodiversidade do mundo. Essa formação vegetal inclui árvores de grande porte, com presença de espécies emergentes e sub-bosque menos denso que o dossel. Outros tipos florestais também estão presentes em menores proporções, como a capoeira baixa ou capoeirão.

A densa vegetação da Fazenda Arataú suporta uma fauna bastante rica. Muitas espécies de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e invertebrados, em geral, participam na ciclagem de nutrientes, dispersão de sementes e fluxo de energia, processos que não só mantêm a floresta, mas também ajudam na sua regeneração.

Uso de agrotóxicos

Não existe nenhuma evidência de uso agrotóxicos na unidade de manejo, mesmo porque para florestas nativas é totalmente desnecessário. Inclusive, a empresa tem definido na sua proposta de manejo florestal, que o uso de agrotóxicos será evitado o máximo possível, através da adoção de práticas silviculturais que eliminam ou reduzem a necessidade do uso de agrotóxicos.

1.2.2 Contexto Sócio-econômico

A Fazenda Arataú situa-se a aproximadamente 25 km da sede do município de Novo Repartimento que, por sua vez, dista cerca de 65 km a sudoeste de Tucuruí. A extensão territorial de Novo Repartimento é de 15.396 km², com uma população total de 41.819 moradores, conforme o Censo de 2000, que o caracteriza ainda como um município

predominantemente rural, visto que a maioria, 26.294 (62,88%) vivia na zona rural, enquanto 5.525 (37,12%) viviam na área urbana. A Fazenda Arataú localiza-se na Rodovia Transamazônica, em direção ao município de Marabá, a sudeste, e, opostamente a Altamira, a noroeste. O núcleo urbano do município foi reconstruído devido ao fato de a antiga área urbana, de Repartimento, ter sido inundada pela formação do lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Como já destacado na ocasião da Certificação FSC há cinco anos atrás, Novo Repartimento tem uma história relativamente recente, originando-se no início da década de 1970, com a formação de um povoado nas imediações de um igarapé, de nome Repartimento, próximo ao alojamento da Construtora Mendes Júnior, que trabalhava na terraplanagem da rodovia Transamazônica. Os problemas sócio-econômicos observados naquela ocasião ainda persistem, e estão relacionados à exploração de madeira na Área Indígena Parakanã e em outras áreas do município que, muitas vezes, é realizada de forma ilegal. Os assentamentos do INCRA existentes no município (Rio Arataú e Tuerê), embora existam desde 2001, ainda se encontram em processo de consolidação. O Assentamento Tuerê consiste num dos maiores projetos do país, onde se encontram cerca de 3000 famílias, muitas delas oriundas de invasões de terra, com histórico de conflitos, como Eldorado do Carajás e Curionópolis, no Pará.

Há ainda invasões de terras, sendo que o conflito agrário mais significativo encontra-se numa área denominada Cururuí. Embora já tenha ocorrido o assentamento na área, isso ocorreu sem a licença ambiental e há notícias de morte e desaparecidos na área devido a conflitos com madeireiros. Todas essas áreas, no entanto, são distantes da Fazenda Arataú e não há relações diretas ou indiretas com o manejo florestal. A única exceção é a Fazenda União, propriedade vizinha à Fazenda Arataú, onde aproximadamente 450 famílias invadiram aproximadamente 28000 hectares. Essas invasões não são relacionadas ao MST (Movimento dos Sem Terra) que, segundo os levantamentos realizados, tem pouca atuação no município.

Uma característica do município é a presença da Eletronorte, notadamente na promoção de ações sociais voltadas à área de saúde, devido às compensações da Usina Hidrelétrica. Todavia, mesmo com tais investimentos, os problemas sociais no município são notáveis, além do incremento da violência e dos índices de criminalidade em Novo Repartimento.

1.3 MANEJO FLORESTAL DA EMPRESA

1.3.1 Antecedentes

A JURUÁ FLORESTAL iniciou suas atividades em 1992, na cidade de Tucumã (PA), onde atuou por três anos, ficando após esse período paralisada até maio de 1999, quando mudou sua composição acionária, ficando o Sr. Idacir como único sócio juntamente com sua esposa. Com isto, transferiu suas operações para Tailândia e Belém (maio/99). Até 1999 a empresa produzia apenas madeira serrada. A partir de 2000, com a aquisição da unidade industrial em Ananindeua, iniciou-se um processo de diferenciação da produção e agregação de valores. Com isto, grande parte da produção é realizada para produtos elaborados para exportação. No início de 2000, foi arrendada a fazenda Arataú, iniciando as atividades de corte somente no final de 2000. A empresa possui 85 trabalhadores próprios, sendo 37 na área florestal e 68 na indústria. Há também 35 trabalhadores de terceiros, responsáveis pelas atividades exploratórias (infraestrutura, derrubada, arraste, traçamento e empilhamento, carregamento e transporte)

A fazenda Arataú possui uma área total de 45.696,30 ha, entretanto, a área de efetivo manejo, arrendada pela Juruá Florestal, é de 24.955,00 ha.

A JURUÁ desenvolve um convênio de transferência de tecnologia em manejo florestal com a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e o CIFOR – Centro para Pesquisa Florestal Internacional, financiado pela OIMT – Organização Internacional de Madeiras Tropicais. Nesse convênio também participam técnicos ligados à ADA – AGÊNCIA do Desenvolvimento da Amazônia (principalmente na área de sensoriamento remoto), FCAP – Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, e DFID – Departamento do Desenvolvimento Internacional do Reino Unido. Também tem uma cooperação técnica, com a IFT – INSTITUTO DE Floresta Tropical – que pesquisa o manejo florestal de baixo impacto. Recentemente firmou ainda um convênio com o IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, visando ao monitoramento dos impactos ambientais, notadamente na fauna, provocadas pelo manejo florestal através da utilização da colheita de baixo impacto.

Em 2000, a empresa decidiu iniciar um processo de preparação para a certificação florestal. Para isto, criou um departamento florestal, contratando dois engenheiros florestais e dois técnicos de nível médio, além de treinar toda a sua equipe nas técnicas de exploração de baixo impacto. A partir daí uma série de transformações vem sendo realizadas na empresa, de modo a atender aos novos objetivos. Em abril 2001 foram certificadas as operações florestais da Fazenda Santa Marta, em Tailândia. E, posteriormente foi anexada a fazenda Arataú.

A atual estrutura técnico-administrativa da JURUÁ é composta pelo Eng.º Florestal André Moraes Caldeira, encarregado geral da Fazenda Arataú, Natalino José Lorenzo – Gerente de Extração da empresa terceirizada e Alfredo Mota Santos - Gerente Administrativo da Serraria de Novo Repartimento.

O manejo das florestas naturais da Fazenda Arataú em Novo Repartimento no Estado do Pará foi avaliado em setembro de 2001 e recebeu o certificado de “Florestas Bem Manejadas” e o Certificado de Cadeia de Custódia, em fevereiro de 2002.

1.3.2. Áreas fora do escopo de certificação

A Juruá Florestal adquiriu 02 áreas (Fazenda Picapau e Sucupira) no município de Almerim, estado do Pará para dar continuidade ao seu processo de manejo. A empresa já apresentou o Plano de Manejo à SEMA para aprovação. Estas áreas serão avaliadas na auditoria de 2008.

1.4 PLANO DE MANEJO

1.4.1 Objetivos do Manejo

Objetivo geral:

Estabelecer as diretrizes e ações que orientarão a produção de madeira para abastecer as unidades industriais da empresa Juruá Florestal Ltda, baseado nos instrumentos governamentais que regulam a atividade florestal na Amazônia brasileira e observando os princípios de sustentabilidade da atividade florestal.

Objetivos específicos:

- Aplicar diretrizes técnicas de exploração de impacto reduzido, visando minimizar o impacto da exploração nos ecossistemas objetos do manejo;
- Implantar um programa de monitoramento e controle de todas as operações florestais, visando obter informações que permitam avaliar a produtividade, o rendimento, os custos e os impactos socioeconômicos e ambientais, de modo a direcionar a tomada de decisões técnico-administrativas da empresa e orientar as revisões que se façam necessárias no plano de manejo original;
- Reformular o plano de manejo protocolado na SUPES do IBAMA-Pa sob o número 1373/74, para incluir a unidade de Manjo Florestal – UMF Arataú, recentemente incorporada à base florestal da empresa e para adequar suas operações às exigências do Conselho de Manejo Florestal – FSC quanto ao atendimento dos princípios e critérios de bom manejo, visando obter a certificação florestal.

1.4.2. Composição da Floresta

A floresta Ombrófila Aberta com Palmeiras apresenta um dossel aberto, já que as copas das árvores nem sempre se tocam, devido à presença de grande quantidade de palmeiras (babaçu), bem como a de cipós, em menor escala. O seu estrato superior é constituído de pequena quantidade de árvores emergentes.

O sub-bosque é mais iluminado, o estrato arbustivo-herbáceo é mais denso, fechando mais o sub-bosque quando comparado à floresta densa, dificultando enormemente a movimentação humana no seu interior.

Assim como a floresta densa, a floresta aberta também não apresenta estacionalidade marcante, mas o grau de caducifolia pode chegar a 5%, e até mais elevado em alguns casos.

Dentre as espécies comerciais mais importantes encontradas neste tipo, citam-se:

currupixá (*Micropholis macrophylla*), faveiras (*Parkia* spp), melancieira (*Alexa grandiflora*), jatobá (*Hymenea courbaril*), cedrorana (*Cedrelinga cataeniformis*), marupá (*Simaruba amara*) e tauari (*Couratari* sp).

A propriedade possui 45.696,30 ha de área total, a Floresta Ombrófila Aberta com Palmeiras é igual a 26.977,60, sendo que a área destinada ao plano de manejo corresponde a 24.955,00 ha. As áreas de pastagens e de agricultura de subsistência, e lago somam-se o restante das propriedades.

Quadro 01. Áreas dos ambientes fito-ecológicos e formas de Uso e Ocupação do Solo existente.

Fazendas/Ecossistemas	Área (HA)
Floresta Ombrófila Aberta com Palmeiras	26.977,60
Pasto	10.676,30
Agricultura de Subsistência e Pastagens	400,80
Pasto com Juquira	7.149,10
Capoeirão	482,60
Lago	9,0
TOTAL	45.696,30

Na área destinada ao manejo está incluída a área já explorada, seletivamente, desde 2.000. De acordo com expedições exploratórias e inventário expedito realizado na área, ela possui

volumetria que possibilita uma nova intervenção. Dessa forma, considerando a área de corte anual de até 2.800,00 ha, a empresa dispõe de floresta para abastecer a indústria por mais algum tempo. Para continuar o seu manejo Certificado, a empresa está adquiriu 02 fazendas no município de Almeirim-Pará, fazenda Picapau e fazenda Sucupira, onde os seus respectivos PMF estão tramitando na SEMA - Secretaria Executiva do Meio Ambiente para serem anexadas à certificação, devendo estar concluído até meados de 2008.

Quadro 02. Situação da atual Floresta Ombrófila na UMF

Floresta Ombrófila Aberta com Palmeira			
Floresta Produtiva		Floresta de Preservação	
Explorada	Não Explorada	Preservação	5% FSC
18.787,904	4.153,69	2.014,00	1.504,870 ha

1.4.3 Práticas Siviculturais

O sistema silvicultural adotado é o policíclico. Para as condições de florestas de terra firme na Amazônia brasileira, a Embrapa denominou o referido sistema de Sistema Brasileiro de Manejo Seletivo - SBMF. Neste sistema a rotação é dividida em intervalos menores ou ciclos de corte. Em cada ciclo as árvores maduras são colhidas em cortes intermediários. No caso do presente plano de manejo será adotado inicialmente um ciclo de corte de 30 anos, conforme a legislação vigente.

A justificativa para aplicação deste sistema se deve aos resultados de pesquisa, que indicam ser este o melhor sistema para o manejo das florestas tropicais, especialmente para florestas africanas e neotropicais. No Quadro 03 é apresentada uma seqüência de operações do sistema a ser desenvolvido no projeto da Fazenda Arataú, pela JURUÁ FLORESTAL LTDA.

Quadro 3. Seqüência de operações do sistema silvicultural na UMF.

ANO	OPERAÇÕES
E2-1	Macro e Microzoneamento (UMF/UPA's/UT's) Demarcação de UPA, UT e picadas de orientação. Inventário 100% (censo florestal) e corte de cipós nas árvores a serem colhidas Preparação dos mapas de exploração Estabelecimento e medição de parcelas permanentes Planejamento e construção da infra-estrutura permanente (estradas e pátios de estocagem) Monitoramento das Atividades
E	Exploração (monitoramento das atividades)
E+1	Remedição de parcelas permanentes Manutenção da infra-estrutura permanente Tratamentos Silviculturais Pós Exploratórios
E+3	Remedição de parcelas permanentes Manutenção Infraestrutura permanente
E+5	Remedição de parcelas permanentes Manutenção Infraestrutura permanente

ANO	OPERAÇÕES
E+10	Remedição de parcelas permanentes Manutenção Infraestrutura permanente
E+20	Remedição de parcelas permanentes Manutenção Infraestrutura permanente
E+30	Início de um novo

Conceitos e critérios para a aplicação de tratamentos silviculturais

A adoção de tratamentos silviculturais, como abertura do dossel e a condução da regeneração apresentaram resultados significativos em pesquisas realizadas na região do estuário amazônico (Silva, 1997) e em áreas manejadas na Costa Rica (Lehmann, 1991), onde essas práticas permitiram a redução do ciclo de corte para 15 anos na exploração de andiroba (*Carapa guianensis*).

Estudos desenvolvidos em áreas de terra-firme por Silva *et al* (1997) e Piña-Rodrigues *et al* (1999) indicaram incrementos anuais (IMA) de até 0,8 a 1,0 m³ para espécies de rápido crescimento como sumaúma (*Ceiba pentandra*) e breu-sucuruba (*Trattinickia burseraefolia*). Esses resultados indicam a potencialidade das espécies florestais, desde que efetuada a correta utilização de práticas silviculturais. Isso ficou demonstrado nos planos de manejo realizados na região de Tapajós e Jari, nos quais a aplicação de um sistema de exploração com intensidade de 40m³/ha, aliada aos tratamentos silviculturais a cada 10 anos, permitiram um incremento de 0,7 a 1 cm/ano de diâmetro e 2 m³/ha/ano, com ciclo de corte de 30 anos (Silva, 1997).

Carvalho *et al.* (1986) verificaram que a intensidade de exploração de 40% do volume e 23% do volume não causou danos à diversidade da floresta de terra-firme da Floresta Nacional de Tapajós, em especial com o corte apenas das árvores de DAP superior a 45 cm.

Silva (1989) recomenda que a derrubada das árvores seja a mais bem distribuída quanto possível para evitar a abertura de grandes clareiras. O autor sugere ainda corte de cipós após 10 anos da exploração, pois com a abertura do dossel há um grande aumento na incidência destes. Essa prática deve ser acompanhada de um refinamento para liberar as árvores desejáveis.

A experiência adquirida no manejo em áreas de terra-firme indica que a exploração com intensidade moderada é recomendável, evitando-se a abertura de grandes clareiras, com a retirada de 30-40 m³/ha, combinada com ciclos de corte de 25 a 30 anos (Silva, 1997). Segundo o autor, novas intensidades de corte e tratamentos silviculturais devem ser testadas para minimizar o ciclo de corte.

Apesar dos dados experimentais indicarem bons resultados de incremento após a realização de tratamentos silviculturais, existem poucas ou nenhuma informação sobre os custos operacionais e a viabilidade econômica dessa atividade, principalmente quando realizada em larga escala. Como exemplo, nesse plano, prevê-se a exploração anual de 2.800 ha. Entretanto, está prevista a realização de tratamentos silviculturais em nível experimental, como forma de se encontrar um equilíbrio entre a redução do ciclo, através da adoção de tratamentos silviculturais e a viabilidade econômica destes.

Experimento em grande escala sobre silvicultura pós-colheita na Amazônia brasileira

Um estudo vem sendo realizado em três fazendas, de duas empresas certificadas e parceiras do Projeto Bom Manejo (Embrapa/ITTO). Esse estudo abrange uma área total de 700 ha na Fazenda Arataú, explorada em 2004, no município de Novo Repartimento, sob a responsabilidade da Juruá Florestal Ltda; 700 ha na Fazenda Santa Marta, explorada em 2003, também sob a responsabilidade da Juruá Florestal Ltda., localizada no município do Moju, e 700 ha Fazenda Rio Capim, que pertence à Cikel Brasil Verde Madeiras LTDA., localizada no município de Paragominas, PA, em uma área que sofreu exploração de impacto reduzido em 2004. O experimento foi instalado, nos três locais, no período de dezembro de 2004 a junho de 2005.

O delineamento é inteiramente ao acaso. Foram estabelecidos sete tratamentos em cada fazenda. Cada tratamento teve quatro repetições. A área total do experimento em cada fazenda é de 700 ha, distribuídos nas UTs (Unidade de Trabalho) e UPA (Unidade Produção Anual) do Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS das referidas fazenda. Cada UT foi dividida em quadrantes (quatro parcelas quadradas de 25 ha), que constituíram as repetições dos tratamentos, onde foram realizados os tratos silviculturais e será realizado o monitoramento. Cada repetição de 25 ha tem uma bordadura de 4,75 ha (25 m para cada lado). A área efetiva, no centro da repetição, tem, portanto, 20,25 ha (450m x 450m).

Os detalhes de cada tratamento são apresentados a seguir:

- T1: Desbaste de liberação clássico (Wadsworth; Hutchinson), por anelagem, e corte de cipós nas árvores potenciais (espécies atualmente comercializadas) para futura colheita;
- T2: Desbaste de liberação modificado (clássico simplificado) e corte de cipós nas árvores potenciais (espécies atualmente comercializadas) para futura colheita;
- T3: Desbaste de liberação por anelagem, e corte de cipós das árvores potenciais (qualquer espécie, independente de ser comercializada ou não) para futura colheita;
- T4: *Plantio em clareiras, conservação de algumas mudas de regeneração natural de espécies de valor comercial existentes nas clareiras, e corte de cipós nas árvores potenciais para futura colheita;*
- T5: T2 + T4;
- T6: Testemunha explorada;
- T7: Testemunha não-explorada.

As árvores beneficiadas com os tratamentos silviculturais tinham, no mínimo, 35 cm de DAP (diâmetro a 1,30 m de altura do solo). Todas as árvores beneficiadas (nos 7 tratamentos), assim como as aneladas (nos T1, T2, T3 e T5), foram registradas, medidas e descritas, de acordo com as diretrizes para medições de árvores em inventário florestal contínuo. Foram usadas as fichas de campo utilizadas nas medições de parcelas permanentes, com poucas adaptações, tanto para registrar as árvores beneficiadas como as aneladas.

Registrou-se, também, o tempo gasto nas atividades de tratamento silvicultural, o custo do material utilizado e o salário das pessoas diretamente envolvidas na instalação do experimento, para calcular os custos operacionais, de acordo com as diretrizes estabelecidas no programa MEOF - Monitoramento Econômico de Operações Florestais, desenvolvido pela Embrapa Amazônia Oriental. No Quadro 4 é apresentado o cronograma de medições dos tratamentos utilizados no experimento.

Quadro 4. Cronograma de Medições dos Tratamentos Silviculturais

ANO DE MEDIÇÕES e REMEDIÇÕES – EXECUTADO E PLANEJADO												
TRATAMENTOS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
T1	X	X		X		X						X
T2	X	X		X		X						X
T3	X	X		X		X						X
T4	X	X		X		X						X
T5	X	X		X		X						X
T6	X	X		X		X						X
T7	X	X		X		X						X

Na área de amostra (567 ha) da Fazenda Arataú, considerando os 7 tratamentos, foram beneficiadas 9410 árvores com diâmetro a partir de 35 cm, portanto uma média de 17 árvores/ha. Em relação às clareiras tratadas nos T4 e T5, foram plantadas 1573 mudas, em 99 clareiras, numa média de 15 plantas por clareira. Diferentemente das operações da Fazenda Rio Capim, onde foram beneficiadas 2801 plantas de regeneração natural de espécies comerciais, na Fazenda Arataú foram beneficiadas somente 28 mudas em todas as clareiras.

Avaliando a comunidade arbórea tratada, as dez espécies que apresentaram os maiores números de árvores beneficiadas pelos tratamentos silviculturais foram, em ordem decrescente de abundância: *Alexa grandiflora* Ducke (melancieiro), *Micropholis* sp. (curupixá), *Astronium lecontei* Ducke (muiracatiara), *Ocotea glomerata* (Nees) Mez (louro-pimenta), *Hymenolobium petraeum* Ducke (angelim-pedra), *Entorolobium schomburgkii* Benth. (orelha-de-macaco), *Hymenaea courbaril* L. (jatobá), *Couratari* sp. (tauari), *Caraipa excelsa* Ducke (louro-tamaquaré) e *Parkia gigantocarpa* Ducke (fava-atanã).

Nos tratamentos 4 e 5, que envolvem plantios em clareiras, foram plantadas mudas das seguintes espécies: *Schizolobium amazonicum* (Huber) Ducke (paricá), *Enterolobium maximum* Ducke (favatamboril), *Apuleia leiocarpa* (Vogel) J.F.Macbr. (amarelão) *Swietenia macrophila* King (mogno) e *Hymenaea courbaril* L. (jatobá). As espécies que tiveram plantas de regeneração natural beneficiadas nas clareiras foram *Jacaranda copaia* Aubl. D.Don. (parapará), *Hymenolobium petraeum* Ducke (angelim-pedra), *Apuleia leiocarpa* (Vogel) J.F.Macbr. (amarelão), *Aspidosperma* sp. (cabeça-de-arara), *Ocotea acutangula* (Miq.) Mez. (louro-abacate), *Tetragastris altissima* (Aubl.) Swart (breu-manga), *Entorolobium schomburgkii* Benth. (orelha-de-macaco), *Bagassa guianensis* Aubl. (tatajuba) e *Parkia* sp. (faveira). Foram plantadas 908 mudas no T4 e 669 mudas no T5. Quanto ao número de mudas de regeneração natural, selecionadas para serem beneficiadas nos dois tratamentos, no T4 foram beneficiadas 12 e no T5 foram beneficiadas 16.

Utilização de Resíduos Gerados na Colheita

A colheita florestal para a indústria madeireira, principalmente de florestas tropicais, deixa uma quantidade considerável de resíduos, como galhos, restos de troncos, árvores tombadas durante a derruba, partes de troncos não aproveitáveis durante o traçamento, devido à bitola ou por estarem ocós ou defeituosos, não adequados para sua industrialização.

Estudos realizados pela Cia. Vale do Rio Doce, em Buriticupu, Maranhão, em florestas semelhantes à da Juruá Florestal, revelaram que a extração de 15 m³ por ha de madeira para serraria resultaram em 250 st de madeira para lenha (Thibau 1970).

A utilização desses resíduos em siderurgias, fábricas de móveis, pallets e de outros produtos é uma forma de otimizar a floresta e ao mesmo tempo, gerar renda e empregos no meio rural.

Nesse sentido, estudos de viabilidade econômica da utilização desses resíduos e mercados potenciais deverão ser conduzidos em curto prazo.

A Juruá vem realizando estudos para quantificação do volume de resíduos, relacionando-os ao volume de toras retiradas. Através dos resultados desse estudo, a empresa elaborou uma proposta de utilização dos resíduos, a qual foi protocolada junto à SEMA.

1.4.4 Estimativa de sustentabilidade da produtividade florestal.

Com o objetivo de regular a produção, foi aplicado o conceito de Corte Permitido. Este termo é definido (FAO 1998) como sendo a quantidade média (de madeira, ou outro produto) que pode ser colhida anualmente em uma unidade de manejo, ou periodicamente, durante o espaço de tempo de 5-10 anos. Quando esse corte é especificado em termos anuais é chamado Corte Anual Permitido (CAP).

Em florestas tropicais, a determinação do CAP é feita com base no incremento médio anual (IMA) e nas perdas por danos ocorridas durante a colheita (Alder 2000). A redução total do volume é representada pela produção P mais o impacto da colheita D (danos). O incremento médio anual é calculado como sendo o aumento de volume V_t em um determinado período de tempo T:

$$\text{IMA} = V_t / T$$

O CAP então é calculado como segue:

$$\text{CAP} = (1 - D\%) \cdot \text{IMA}$$

Onde:

$$D\% = D / (P + D)$$

Alder (2000) comenta que em termos práticos, o CAP deve situar-se entre 50-70% do IMA comercial, dependendo do nível observado de danos da exploração. Isto se refere somente ao volume em pé não considera perdas por defeitos (ocos e podridão). A inclusão dessas perdas é necessária, se o CAP for monitorado e controlado em termos de volume extraído (romanceado). O autor sugere acrescentar outros 50-70% sobre os danos da exploração.

Dawkins (1964) sugeriu um incremento médio anual pan-tropical de volume comercial de 1 m³/ha/ano. Então, em termos práticos, o CAP seria em torno de 0,25-0,5 m³/ha/ano, medido como madeira abatida (no pátio).

Neste plano de manejo, adotou-se um CAP de 70% do IMA pan-tropical indicado por Dawkins. Dessa forma, o CAP a ser usado será 0,7 m³/ha/ano, até que a empresa produza seus próprios dados de crescimento e perdas por danos e defeitos (Silva, 2006).

Para determinação do CAP, realizou-se na UPA2004, em parceria com o Projeto Bom Manejo, o estudo de Avaliação dos Impactos da Colheita de Madeira. Os dados obtidos foram utilizados para Dissertação de Tese da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (Engº florestal Sérgio E. C. Martins Filho) com o título: “AVALIAÇÃO DOS DANOS E MÉTODOS DE REGULAÇÃO DA FLORESTA SUBMETIDA À EXPLORAÇÃO DE IMPACTO REDUZIDO NA AMAZÔNIA ORIENTAL”.

Uma das conclusões da dissertação para avaliar Métodos de Regulação da floresta foi:

- Das equações utilizadas para a Regulação da Produção, a equação “CAP=(1-D%).IMA” foi a que apresentou os resultados que mais se adequam à realidade da Amazônia, apresentado valores que não permitiriam uma sobre-exploração, mantendo a produção contínua da floresta e da indústria. Tendo como princípio a precaução, recomenda-se para o incremento periódico anual a utilização de $1 \text{ m}^3 \text{ ha}^{-1} \text{ ano}^{-1}$, até que as empresas tenham os seus próprios valores para o incremento.

1.4.5 Estimativa da produção planejada e atual

As florestas naturais da Juruá Florestal são utilizadas basicamente para abastecimento da serraria em Novo Repartimento (PA), e da fábrica de beneficiamento, em Ananindeua (PA), próximo a Belém.

São exploradas mais de 40 espécies. No Quadro 5 são apresentadas as espécies mais importantes colhidas na área e os volumes anuais (m^3/ano), previstos e colhidos de 2002 a 2006.

Quadro 5. Principais espécies colhidas na Unidade de manejo e respectivos volumes(m^3) anual.

ESPÉCIES	NOME CIENTÍFICO	Volume retirado (m ³)				
		2002	2003	2004	2005	2006
ACAPÚ	<i>Vouacapoua americana</i>	356	485	390	405	20
CEDRORANA	<i>Cedrelinga catenaeformis</i>	493	228	205	364	761
CURRUPIXA	<i>Micropholia venulosa</i>	2.285	2.512	4.278	4.605	3.692
FAVA	<i>Parkia spp</i>	351	1.075		185	1.592
IPÊ	<i>Tabebuia spp</i>	313	223	273	373	688
JATOBÁ	<i>Hymenaea courbaril</i>	980	438	544	617	497
LOURO	<i>Nectandra spp</i>	615	780		2.243	1.113
MAÇARANDUBA	<i>Manilkara huberi</i>	641	355	279	1.168	515
TAUARI	<i>Couratari spp</i>	1.274	868	1.196	1.425	1.850
Madeira de lamina	<i>Varias e vendidas</i>			2.470	2.623	8.728
TOTAL		15.965	14.383	15.505	18.446	21.400
Planejada		51.325	36.386	54.558	65.710	44.487

No Quadro 6 é apresentada a área explorada anualmente (área máxima a ser explorada de 2.800 ha).

Quadro 6. Relação Ano/UPA/Área/Nº de UT's

Ano	UPA	Área da UPA	Nº de UT's
1999/2000	2000	660,00	07
2001	2001	2.040,00	18
2002	2002	2.355,00	26
2003	2003	2.778,00	30
2004	2004	2.740,00	28
2005	2005	2.701,00	32
2006	2006	2.781,549	34
2007	2007	2.732,355	40

Obs: As informações referente à área total da AMF, UPA's exploradas , encontram-se nos mapas de ambiente fitoecológicos da propriedade , mapa de UPA's e UT's (Anexo 01a,b e c).

2.0 PADRÕES UTILIZADOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Os padrões utilizados no processo de re-certificação da **Fazenda Arataú**, pertencente à Juruá Florestal Ltda. foram os princípios, critérios e identificadores, definidos pelo Grupo de Trabalho – Brasil do FSC – Conselho de Manejo Florestal para o Manejo Florestal em Terra Firme na Amazônia Brasileira, documento aprovado pelo Conselho de Diretores do FSC Internacional, em 24 de Março de 2002. O padrão pode ser pesquisado no site do FSC Brasil: www.fsc.org.br

3.0 - O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

3.1 *DATAS DA AVALIAÇÃO*

- Auditoria de re-certificação: 20 a 23 de Agosto de 2007.

3.2 *EQUIPE DE AVALIAÇÃO*

Vanilda R. S. Shimoyama: Engenheira florestal formada pela USP, M. Sc. ESALQ/USP e doutora pela UFPR na área de Tecnologia de Madeira. Com mais de vinte anos de experiência profissional, tem atuado como pesquisadora, consultora e prestadora de serviços para o setor privado no Brasil. No setor florestal, desenvolveu, implantou e conduziu programas de qualidade nas atividades florestais, assim como pesquisa para aumento da produtividade florestal e melhoria da qualidade da madeira. Tem atuado na área de colheita florestal a mais de sete anos. No setor ambiental, realizou estudos e desenvolveu programas para minimização dos impactos ambientais causados pelas atividades florestais; desenvolveu e implantou programa de gerenciamento de resíduos gerados nas atividades florestais, bem como normas para utilização de produtos químicos e introdução de novos produtos; coordenou estudos de fragmentos naturais e projetos de recuperação de áreas degradadas. Na área social, desenvolveu programas de qualificação de recursos humanos (treinamentos e reciclagens), envolvendo os temas produtividade, qualidade, segurança no trabalho e meio ambiente; desenvolveu projetos, implantou e executou programas de educação ambiental na região Norte Pioneira do Estado do Paraná. No setor industrial, desenvolveu e implantou programas de Integração Floresta x Indústria, visando melhoria da qualidade do produto final e redução de custos de produção, além de estudos e programas de adequação e otimização de matérias-primas. Participou, pela SCS, do processo de certificação / recertificação de 06 unidades de manejo florestal, envolvendo plantações florestais e florestas naturais, tendo realizado 26 auditorias. Participou de 12 processos de certificação de cadeia de custódia, e realizou um total de 64 auditorias (região norte, sul, sudeste e centro oeste do Brasil).

Mário Kikuchi, Sociólogo, formado pela Universidade de São Paulo, com mestrado e doutorado em sociologia na USP e com pós-doutoramento na UNIFESP/EPM. Consultor de projetos de desenvolvimento, com trabalhos na área de meio ambiente, tendo participado de inúmeros processos de certificação, na SCS, de florestas nativas e em unidades de florestas plantadas. Na área de estudos de impacto ambiental tem experiência nas Hidrelétricas de Ji-Paraná (Rondônia), Itá (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), Machadinho (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), Segredo (Paraná) e Estreito (Tocantins). Chefe de equipe de pesquisa no Zoneamento Sócio-econômico e Ecológico do estado do Mato Grosso. Foi colaborador do ZEE – Zoneamento Econômico Ecológico, do Ministério do Meio Ambiente. Na Escola Paulista de Medicina/Universidade Federal de São Paulo é membro do JBDSG do Departamento de Medicina Preventiva, desenvolvendo pesquisas como coordenador de campo do Projeto Diabetes Mellitus e Doenças Associadas na Comunidade Nikkey de Bauru – Segunda Fase. Foi também coordenador do cadastramento dessa população pesquisada, na área de saúde e meio ambiente. Membro fundador do GEMAPP/USP (Grupo de Estudos de Meio Ambiente e Participação Popular). Atualmente é vice-presidente do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, gestões 2004/2006 e 2006/2008.

Ana Cristina Mendes de Oliveira: Formada em Ciências Biológicas, pela Universidade Federal de Minas Gerais, com Mestrado em Comportamento Animal, pela Universidade Federal do Pará, e Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, também pela Universidade Federal do Pará. Professora Adjunto III do Depto de Biologia, da Universidade Federal do Pará, Professora Orientadora do Programa de Pós-graduação em Zoologia do Museu Paraense Emílio Goeldi e Pesquisadora Colaboradora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Dra. Ana Cristina está há 12 anos na Amazônia, acumulando conhecimentos na área de Ecologia, principalmente na área de fauna. Na área de Certificação Florestal, participou como auditora de 03 processos de certificação e re-certificação florestal na Amazônia, tendo realizado também auditoria em áreas plantações florestais, na região sul do Brasil.

Miguel Lanzaolo de Paula: Engenheiro Agrônomo, formado pela Universidade Federal do Paraná e Administrador de Empresas pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná, vem atuando há seis anos no setor Industrial Madeireiro e Florestal. No setor florestal atuou na coordenação operacional, planejamento e controle de produção e, treinamento de mão-de-obra operacional, na região norte do Brasil. No setor Industrial, atuou no desenvolvimento, aplicação, treinamento e coordenação de certificação de cadeia de custódia FSC - Forest Stewardship Council e CE marking para conceituada empresa do ramo. Desenvolveu atividades de reorganização dos controles de produção, sistemas de identificação e controle, manutenção do estoque de produtos certificados. Desempenhou a função de coordenador do viveiro florestal da empresa e gerente de uma filial, realizando trabalhos de exploração, industrialização e produção de madeira tropical reflorestada. Contribuiu em trabalhos de educação ambiental, para funcionários e visitantes. Vem atuando a mais de um ano na área de certificação florestal FSC, pela SCS (Scientific Certification System), realizando auditorias de manejo florestal (floresta tropical natural e floresta plantada) e de cadeia de custódia.

Rossynara Batista Cabral Marques Aguiar. Engenheira Florestal, formada há 13 anos pelo Instituto de Tecnologia da Amazônia, com vasta experiência em manejo florestal na Amazônia Brasileira. Tem grande experiência em gerenciamento e acompanhamento de projetos desenvolvidos em parceria com empresas madeireiras e comunidades, atuando por cinco anos como coordenadora do Componente Iniciativas Promissoras no âmbito do ProManejo. Atualmente é responsável pela execução de um projeto de manejo florestal comunitário em Unidade de conservação. Tem amplo conhecimento de manejo florestal

comunitário, desenvolvidos na América Central e América Latina. Desde 2000 participa do Grupo de Trabalho –MFC, onde tem acompanhado e contribuído com propostas de políticas públicas. Tem experiência na área de certificação florestal, tendo realizado trabalhos com a IMAFLORA e o Centro de Investigación y Manejo de Recursos Naturales Renováveis – CIMAR.

3.3 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação do processo de Re-Certificação da Fazenda Arataú iniciou-se através da Consulta Pública a partir de meados de julho de 2007. Foram notificados o FSC e inúmeras instituições ambientais, sociais e econômicas com atuação local, regional e nacional, através de e-mail e via correio.

A equipe multidisciplinar de auditores especializados nas áreas florestal, ambiental, econômica e social iniciou seus trabalhos verificando a documentação e os procedimentos formais referentes ao manejo. Nos trabalhos de campo todos os auditores verificaram os procedimentos operacionais de exploração florestal, planejamento, derrubada, transporte e segurança do trabalho, bem como na avaliação aspectos ambientais, conforme o itinerário descrito a seguir.

No último dia a avaliação os auditores se reuniram para analisar as informações levantadas durante os trabalhos de campo, e confrontá-las de acordo com os Princípios, Critérios e Indicadores, dos Padrões de Certificação do FSC. Ao final, foi elaborada uma série de CAR's maiores e CAR's que a deveria cumprir, e que foram apresentadas na reunião de encerramento com a direção da e sua equipe técnica.

3.3.1 Itinerário

ÁREAS VISITADAS PELOS AUDITORES

Data	Fazenda Rio Capim	Consultor
20/08/2007	Verificação da documentação da empresa, do Plano de Manejo, sistema de inventário florestal e seleção das árvores.	Vanilda
	Verificação da área de conservação de 5%, Reserva legal e áreas de APPs, visita em talhões a serem esporados em 2008. Verificação do sistema de escolha de árvores para corte no escritório (banco de dados)	Ana Cristina
	Auditoria de cadeia de custódia na serraria da empresa em novo repartimento. Análise das autorizações de operação no manejo florestal.	Miguel
	Verificação do plano de gestão em segurança do trabalho, das estatísticas de acidentes, relatório de não conformidades, incidentes, atas da CIPA, reuniões internas.	Mário Kikuchi, Rossynara

21/08/2007	Verificação das operações florestais, envolvendo plano operacional, a derrubada, traçamento, arraste, condições de segurança, cuidados ambientais, aberturas de trilhas de arraste, conservação e manutenção da malha viária. Identificação das árvores derrubadas, pátios de estocagem de madeira.	Vanilda
	Verificação dos corredores ecológicos que ligam as áreas de 5% à UMF, verificação do planejamento de estradas e áreas de Apps.	Ana Cristina
	Cadeia de custódia do manejo florestal, escolhas das áreas a serem avaliadas, avaliação das auditorias internas, e o plano de manejo.	Miguel
	Verificação de documentos da empresa, treinamento, monitoramento de terceiros, entrevistas com lideranças locais e sindicais.	Mário Kikuchi e Rossynara
22/08/2007	Verificação do programa de educação ambiental da empresa. Checagem dos experimentos instalados. Verificação das áreas manejadas em 2006 e primeiro semestre de 2007 para avaliação da recuperação.	Vanilda
	Verificação das áreas limítrofes da Fazenda Arataú. Verificação dos experimentos florestais instalados. Verificação das áreas manejadas em 2006 e primeiro semestre de 2007 para avaliação da recuperação.	Ana Cristina
	Verificação em campo da cadeia de custódia, avaliação das operações (corte, traçamento, planejamento de/e arraste), avaliação das não conformidades das auditorias anteriores no campo.	Miguel
	Verificação das operações florestais em relação às condições de habitação do acampamento e da segurança do trabalho: corte, arraste, planejamento.	Mário Kikuchi
	Identificação de tocos de diferentes áreas para rastrear a cadeia de custódia. Avaliação das não conformidades das auditorias anteriores no campo.	Rossynara
	Avaliação do desempenho da empresa	Todos
23/08/2007	Reunião de encerramento e apresentação da avaliação à empresa	Todos

3.3.2 Avaliação do Sistema de Manejo

A avaliação dos aspectos sócio-econômicos relacionados ao manejo florestal foi realizada através da análise de dados primários e secundários, com diversas instâncias representativas da sociedade civil local e regional, além dos órgãos públicos relacionados ao meio ambiente e à atividade florestal. As condições de trabalho no campo também foram avaliadas, desde a segurança, treinamento, transporte, alimentação, pagamentos, recolhimentos e cumprimento de legislação. Foram entrevistados trabalhadores próprios e terceirizados, tanto nas frentes de trabalho e acampamentos, assim como os representantes sindicais.

Para análise dos aspectos ambientais foram visitadas as áreas florestais recentemente exploradas e áreas remanescentes exploradas em diferentes anos, dentro do sistema de exploração de baixo impacto da Juruá Florestal. Também foi verificada “in loco” a área definida como área de Reserva (5%), representativa do ecossistema da UMF. Em termos de

conservação de solo, foram verificadas as condições de conservação e manutenção da malha viária, envolvendo estradas principais e secundárias. Avaliaram-se também os possíveis impactos ambientais de parte dos cursos d'água cortados por estradas e sob influência da infra-estrutura permanente na UMF. Além disso, foi acompanhado o trabalho de monitoramento de fauna e tratamentos silviculturais pré e pós-colheita, desenvolvidos dentro da UMF, e verificado os critérios de escolha de árvores para corte dentro do sistema informatizado da Empresa.

No que diz respeito às questões operacionais do manejo, as áreas visitadas durante a avaliação de campo foram escolhidas pela auditora Vanilda, correspondendo àquelas onde estavam ocorrendo as operações florestais, como o inventário, derrubada, arraste e transporte. Outras áreas selecionadas para checagem foram aquelas nas quais a operação já havia ocorrido, para poder avaliar os impactos causados e a recuperação da floresta.

A equipe de avaliação concluiu que a análise da documentação e a visita de campo realizada, tanto na sua intensidade quanto na qualidade, para a verificação das operações florestais foi suficiente e bastante representativa. Essa representatividade é essencial na avaliação do manejo, a fim de prover uma adequada tomada de decisão sobre a certificação. A equipe de avaliação utilizou o tempo de campo para visitar todas as formações fitográficas nas quais a empresa Juruá Florestal Ltda. está inserida, e observou as condições de todo o desenvolvimento florestal e entrevistou os responsáveis por cada área.

3.3.3. Consultas às Lideranças Locais (Stakeholders)

Conforme os procedimentos da SCS, as consultas às lideranças locais mais relevantes são um componente importante no processo de avaliação. As consultas foram efetuadas antes dos trabalhos de campo, através do envio de correspondência a inúmeras entidades (conforme listagem no anexo1). Durante a auditoria, as consultas ocorreram através de entrevistas com lideranças locais e representantes de diversos segmentos da sociedade civil de Novo repartimento e Tucuruí. Dentre os entrevistados incluíram-se líderes sindicais, representantes de órgãos públicos, organizações privadas, lideranças políticas e moradores do entorno das propriedades. O principal propósito para as consultas foi:

- Solicitar subsídios das partes afetadas, sobre os pontos fortes e fracos do manejo florestal da JURUÁ FLORESTAL, assim como a natureza das interações entre a empresa e as populações de entorno.
- Solicitar subsídios se os responsáveis do manejo florestal teriam consultado as partes interessadas para identificar qualquer área de alto valor de conservação

As principais partes interessadas nesta avaliação foram identificadas com base no banco de dados da SCS, nos resultados de uma listagem apresentada pela própria empresa, pela pesquisa de outras fontes, e pela listagem do FSC-Brasil. Os seguintes grupos foram definidos como as principais partes interessadas:

- Empregados da empresa, incluindo pessoal gerencial e de campo;
- Contratados;
- Proprietários vizinhos;
- Membros do FSC-Brasil;
- Membros locais e regionais das ONG's ambientais;

- Membros locais e regionais das ONG's sociais;
- Compradores de toras da empresa;
- Agentes dos órgãos ambientais (licenciamento, fiscalização) federais, estaduais e municipais;
- Outros grupos relevantes

A equipe de avaliação contatou organizações e indivíduos das principais partes interessadas. No total foram 2 organizações ou indivíduos que responderam a respeito da avaliação via E-mail, contato por telefone ou entrevistas pessoais (ver item 3.3.5.1 o resumo dos comentários). No total foram enviados por E-mail, ou correio, o Questionário de Consulta Pública e uma carta convite para 78 organizações e indivíduos, descrevendo o processo de certificação, quando então, foi oferecida a oportunidade de fazer os seus comentários (Anexo 02). As organizações ou indivíduos que fizeram comentários e consentiram que seu nome constasse no relatório, bem como aqueles que foram contatados, mas não responderam, estão listados no Anexo 02.

3.3.3.1. Modelo – Consulta Pública da JURUÁ Florestal – Fazenda Arataú

CONSULTA PÚBLICA

Re-Certificação FSC da Fazenda Arataú

Município de Novo Repartimento (PA)

JURUÁ FLORESTAL

A **SCS** – Scientific Certification Systems (www.scs-certified.com) – entidade credenciada pelo **FSC** (*Forest Stewardship Council* – Conselho de Manejo Florestal) para a Certificação Florestal vem, através desta, realizar a **Consulta Pública** para dar prosseguimento ao Processo de Re-Certificação Florestal, requerida pela JURUÁ Florestal, que desenvolve manejo de floresta nativa na **Fazenda Arataú**, situada no município de Novo Repartimento, no Pará. A área total de manejo perfaz 25.000 ha.

A Fazenda Arataú foi certificada em 2002 e tem como principal finalidade abastecer a serraria da empresa localizada em Novo Repartimento, para posterior transferência para a sede da Juruá, em Ananindeua. Trata-se de uma área arrendada de um total de 45.696 ha onde a proprietária (Agropecuária Rio Arataú – Queiroz Galvão do Carajás S.A.) desenvolve também pecuária em grande parte do restante da fazenda, e que não é objeto de Certificação.

A formação dominante é de floresta ombrófila aberta, sendo que parte significativa já foi explorada no passado com extrativismo seletivo, mas há ainda uma porção significativa intacta. Nessa área a Juruá Florestal realiza o manejo florestal utilizando-se das técnicas de impacto reduzido, para obter um volume anual a ser consumido pela referida serraria em Novo Repartimento, de cerca de 20.000 m³/anuais de toras. O volume médio extraído é de aproximadamente 7 m³/ha, divididas em mais de 40 espécies nativas, sendo as mais importantes: Angelim, Fava, Faveira Branca, Ipê, Jatobá, Maçaranduba, Piquiarana, Tauari e Tatajuba

O processo de Certificação FSC prevê a participação da **sociedade civil**, através da Consulta Pública, sendo que a Certificação Florestal pressupõe o exercício pleno da cidadania de indivíduos e instituições direta e indiretamente interessados no assunto. Da mesma forma, a requerente deverá desenvolver seu manejo florestal em conformidade com os Princípios e Critérios do **FSC**, o qual pressupõe que a empresa deva promover um manejo **socialmente justo, ambientalmente adequado e economicamente viável**.

O objetivo desta Consulta é colher sugestões e preocupações que devem balizar os trabalhos da auditoria de campo, que avaliará como se desenvolvem os manejos florestais nos aspectos **social, legal, ambiental e econômico**. Essa avaliação de campo será realizada por uma equipe multidisciplinar de auditores, no período compreendido entre os dias 20 e 24 de Agosto de 2007. Deste modo, sua participação mostra-se relevante, a fim de que todos possam manifestar suas preocupações, comentários, sugestões, críticas ou apresentar novas evidências que possam ser úteis ao processo de Re-Certificação da área.

Caso seja de seu interesse, encontra-se em anexo um **Questionário** a ser preenchido por V. Sa., sendo que ele deverá ser enviado ao seguinte e-mail: luise.marta@uol.com.br ou ainda, se preferir, ao fax: **(0xx19) 3424-5028**. Além disso, se porventura houver interesse em obter maiores detalhes acerca dos **Padrões de Certificação do FSC para Manejo Florestal em Terra Firme na Amazônia Legal**, esse documento pode ser obtidos no *site* do **FSC** (www.fsc.org.br), no item “Padrões de Certificação”, onde é possível fazer o seu *download* (em formato Word) gratuitamente.

Desta forma, **todos estão convidados** a participar desta Consulta Pública, **independentemente do recebimento formal deste comunicado**. Solicita-se, pois, de V. Sa. a **divulgação** do evento e do Questionário em anexo às instituições e pessoas de seu conhecimento que tenham interesse em participar do processo.

Atenciosamente.

Luise Bauch
Representante da SCS no Brasil
Mário Kikuchi
Auditor da SCS

3.3.3.2. Modelo – Questionário de Consulta Pública da JURUÁ – Fazenda Arataú

QUESTIONÁRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Re-Certificação Florestal do manejo de florestas nativas
Fazenda ARATAÚ – Novo Repartimento (PA)

JURUÁ Florestal

Nome												
Instituição												
Endereço p/												
Contato												
CEP:						-					E-mail	
1. O(a) sr.(a) conhece a Juruá Florestal? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não												
2. O(a) sr.(a) teria algum comentário a fazer a respeito da Juruá Florestal? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não												
3. Quais seriam esses comentários?												
4. O(a) sr.(a) conhece alguma peculiaridade dentro da Fazenda Arataú, e que tenha especial importância ecológica? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não												
5. Quais seriam essas áreas (onde se localizam) e quais as características que a tornam importante para a conservação?												
6. Existe algum aspecto na área ambiental que o(a) sr.(a) considera digno de atenção na avaliação de campo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não												
Qual(is) seria(m) esse(s) aspecto(s) ambiental(is)?												
6.1 _____												
6.2 _____												
7. Existe algum aspecto na área social que o(a) sr.(a) considera digno de atenção na avaliação de campo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não												
Qual(is) seria(m) esse(s) aspecto(s) social(is)?												
7.1 _____												
7.2 _____												
O presente questionário tem por objetivo permitir aos cidadãos das mais variadas formações e interesses, ou representantes de instituições representativas da sociedade civil, participar de forma ativa do processo de Certificação Florestal do FSC. Desta forma, solicita-se que este questionário seja enviado ao seguinte E-mail: luise.marta@uol.com.br . Caso assim o prefira, o questionário pode ser enviado ao seguinte número de fax: (0xx19) 3424-5028. Solicita-se, igualmente, que o questionário seja divulgado para aqueles que, no seu entendimento, sejam pessoas que possam contribuir para o processo.												
OBS.: a) As identidades dos autores que fizerem observações neste questionário não serão expostas nos documentos atinentes ao Processo de Certificação. b) A participação dos interessados nesta Consulta Pública não implicará co-responsabilidade no Processo de Certificação.												

3.3.3.3 Resumo das preocupações públicas e respostas dadas pela equipe

Preocupações sociais

- **Os direitos dos trabalhadores são respeitados?**

A auditoria de campo constatou que a JURUÁ FLORESTAL preocupa-se em seguir a legislação trabalhista e monitora o seu cumprimento da empresa terceirizada que opera na área de manejo. Além disso, nas entrevistas realizadas com trabalhadores e lideranças locais não se identificaram demandas contra a empresa. Pelo contrário, todos afirmam que a imagem da empresa é boa perante a sociedade local. O Sindicato dos Trabalhadores, localizado em Tucuruí igualmente afirmaram que não há demandas trabalhistas junto ao órgão representante dos funcionários da empresa, além de declarar que a JURUÁ mostra-se aberta e receptiva às solicitações do sindicato e abre-lhes às portas para reuniões com os trabalhadores sempre que o sindicato pede tais encontros.

Preocupações ambientais

- **Quais são os cuidados do manejo nos grotões e baixios existentes na Fazenda Arataú?**

Tanto no planejamento de estradas, quanto em todas as atividades florestais, são tomadas medidas necessárias para minimizar os impactos sobre os grotões e baixios. Estas áreas são providas de cursos d'água, na época da chuva, que normalmente secam na época da seca. As estradas são planejadas para evitar o corte destes locais e quando isto não é possível devido à grande quantidade de grotas, são colocadas pontes de madeira e toras ocas para permitir o fluxo de água. Nas operações florestais, as grotas são consideradas no planejamento de corte, respeitando a distância mínima exigida pela legislação, para não haver retirada de árvores nas APPs.

Preocupações econômicas

- **O manejo da Fazenda Arataú pode gerar dúvidas quanto às práticas de um bom manejo, como insinua o artigo da entidade *FSC Watch*, publicado nos EUA?**

Ao contrário do artigo intitulado “*SCS certification of Juruá Florestal, Brazil: FSC plumbs new depths of bad practice*” da entidade *FSC Watch* que se autodenomina como “*An independent observer of the Forest Stewardship Council*”, o manejo florestal praticado na Fazenda Arataú mostra-se totalmente de acordo com os Princípios e Critérios dos Padrões de Certificação do FSC. Essa entidade, inclusive, mostra fotos de ex-áreas (?) que teriam sido certificadas pelo FSC nos EUA, após o corte raso e que estariam em desacordo com os Padrões do FSC. No caso da Fazenda Arataú, as acusações são totalmente improcedentes, pois as afirmar que as ações corretivas (CARs) apresentadas à Juruá Florestal não estariam sendo cumpridas, isso não ocorre. Como todo processo de Certificação FSC, o manejo da empresa passou por auditoria quando do início da Certificação, em 2002. Naquela ocasião, os auditores concluíram que, realmente, o manejo deveria ser aprimorado em muitos pontos e, daí, apresentaram pré-condicionantes (atualmente denominada CAR Maior). A Certificação somente foi concedida após o cumprimento dessas ações, sendo que, em seguida, foram apresentadas ações corretivas

menores, para se aprimorar o manejo. Certamente, observou-se algumas dificuldades da empresa cumprir com certas CARs no início do processo, como se observa de maneira transparente nos relatórios públicos. Todavia, pode-se notar igualmente nos relatórios anuais que a Juruá Florestal veio constantemente melhorando o manejo, a ponto de, no relatório de 2006 (todos acessíveis no site www.scs certified.com/forestry) todas as CARs terem sido cumpridas, com exceção de uma referente ao Plano de Manejo que necessitava apenas ser atualizado, pois as informações encontravam-se na empresa. Em 2007, a Fazenda Arataú passou pelo processo de Re-Certificação, quando foi avaliada por nova equipe de auditores composta por cinco profissionais, sendo que somente um auditor participou de ambas as avaliações. Constatou-se, mais uma vez, que o manejo da Juruá Florestal cumpre com a totalidade dos Princípios e Critérios do Padrão de Certificação do FSC. Foram apresentadas apenas cinco CAR Maiores, imediatamente cumpridas, sendo apenas detalhes legais, que nada comprometiam o manejo, como pode ser constatado no relatório de Re-Certificação. Quanto à sustentabilidade da área, foi exigida da Juruá Florestal uma área complementar para continuar o seu manejo Certificado. **A empresa já possui 02 fazendas no município de Almeirim - PA, a fazenda Picapau e a fazenda sucupira**, onde os seus respectivos PMFs estão tramitando na sema - secretaria executiva do meio ambiente, para serem anexadas ao processo de certificação, o que deve estar concluído até meados de 2008. Portanto, cidadãos e consumidores responsáveis, como o prefeito Salvatore Perillo, de Ocean City, New Jersey (citado no artigo) podem se tranquilizar sobre a origem de madeira que venham a consumir da Fazenda Arataú. Ademais, a área estará aberta à visitação, fato que já ocorre ao longo dos anos, pois sendo a Juruá Florestal um dos primeiros manejos Certificados na Amazônia, sempre recebeu inúmeras visitas técnicas e jamais foi contestada por quaisquer desses pesquisadores.

3.3.4 – Outras Técnicas de Avaliação

Não foi utilizada nenhuma outra técnica de avaliação, a não ser as normalmente utilizadas, como visitas de campo, entrevistas e verificação de documentos.

3.4 – Tempo Total Gasto na Auditoria

Para a avaliação da Fazenda Arataú foi formada uma equipe de auditores que revisaram todos os documentos enviados para a realização da auditoria. Também tiveram que se deslocar de suas cidades de origem até a empresa e realizaram uma auditoria de campo de 3 dias. Além disso, foi gasto um tempo para definir as partes interessadas e enviar o convite e o questionário. O total de horas utilizadas pela equipe é apresentado no Quadro que segue.

(horas)

Atividade	Vanilda	Cristina	Miguel	Mário	Rossynara
Deslocamento (viagem ida / volta)	20	8	12	14	18
Documentação	6	4	6	6	6
Campo	16	20	16	8	16
Partes interessadas / convite	-	-	0	6	6
Fechamento (23/08/2007)	1	1	1	1	1
Reunião de fechamento	5	5	5	5	5
Sub-total	48	38	40	40	46

3.5 – Processo de Determinação das Conformidades

Os padrões de certificação definidos pelo FSC compreendem três níveis hierárquicos: os princípios, os critérios que detalham o princípio, e os indicadores que detalham cada critério. De acordo com os protocolos de avaliação do Programa de Conservação Florestal da SCS, a equipe de avaliação deve verificar, de forma coletiva, se uma determinada operação florestal está em conformidade com qualquer indicador aplicável dentro da relevância do padrão de certificação. Cada não-conformidade de um critério ou sub-critério precisa ser avaliada para determinar se constitui uma não-conformidade maior ou menor. Nem todos os indicadores têm a mesma importância e não existe nenhuma fórmula numérica para determinar se uma operação está em uma não-conformidade. A equipe utiliza o julgamento coletivo para avaliar cada critério e definir a sua conformidade. Se uma operação florestal é avaliada como não-conforme para um determinado critério, então pelo menos um indicador precisa ser avaliado como uma não-conformidade maior.

Ações corretivas requeridas (*Corrective action request* – CAR) são definidas para cada não-conformidade. Não-conformidades maiores são denominadas CAR Maiores e não conformidades menores como CAR menores ou, simplesmente CAR.

Interpretação de CAR's maiores (pré-condições), CAR's (CAR menores) e Recomendações.

CAR's maiores/Pré-condições: Corresponde a uma não conformidade maior individual, ou em combinação com outras não conformidades de outros indicadores, em uma carência fundamental para cumprir com os objetivos do critério do FSC, ao caráter único dos recursos afetados. Esta ação corretiva precisa ser resolvida ou fechada antes de emitir a certificação. Se uma CAR maior é definida após a certificação, o prazo previsto para corrigir esta não-conformidade é tipicamente menor do que uma CAR menor. A certificação estará condicionada à resposta da operação florestal em resolver a pendência no prazo estimulado.

CAR's ou CAR's Menores: São ações corretivas em resposta a não-conformidades menores, que são tipicamente limitadas na escala ou podem ser caracterizadas como erros não usuais do sistema. As ações corretivas devem ser cumpridas em um determinado tempo pré-definido, depois de emitido o certificado.

Recomendações: São sugestões que a equipe de avaliação apresenta, no sentido de ajudar a empresa a se encaminhar a uma situação ideal de desempenho. A implementação das recomendações é voluntária e não afeta a manutenção do certificado. Recomendações podem virar condicionantes, caso o cumprimento de algum critério esteja sendo afetado pela sua não execução.

4.0 – RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Nesta seção são apresentadas as conclusões da equipe de avaliações, quanto aos pontos fortes e fracos da operação florestal em relação aos padrões de certificação do FSC, bem como as ações corretivas requeridas (maiores e menores) e as recomendações para cada princípio.

4.1 - Principais Pontos Fortes e Fracos de Desempenho da JURUÁ Florestal em relação aos P&C do FSC

Princípio	Pontos fortes	Pontos fracos	Providências
P 01: Obediência às Leis e aos Princípios do FSC	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento da legislação pertinente à atividade de manejo florestal. • Cumprimento da legislação sindical • Tributos e impostos recolhidos • Compromisso de adesão de longo prazo ao FSC • Não há quaisquer pendências administrativas ou jurídicas envolvendo a empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Faltava formalizar procedimentos para monitorar e coibir possíveis atividades ilegais dentro da área de manejo. • Falta apresentar nova área para dar continuidade da exploração florestal 	CAR Maior 2007.02 CAR 2007.01
P 02: Direitos e Responsabilidades de Posse e Uso da Terra	<ul style="list-style-type: none"> • Clara documentação da propriedade • Posse mansa e pacífica da área • Não há quaisquer ameaças a populações do entorno 		
P 03: Direitos das Comunidades Indígenas e Comunidades Tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> • Não se aplica. Trata-se de manejo empresarial que não ameaça quaisquer direitos de povos tradicionais. 		
P 04: Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores da Unidade de Manejo Florestal.	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhadores são contratados no próprio município • Não há quaisquer discriminações dentro a área de manejo • Trabalhadores são qualificados para exercerem a atividade • Trabalhadores demonstram compreensão acerca dos cuidados ambientais atinentes à atividade • Área é visitada por pesquisadores • Alimentação de boa qualidade • Monitoramento da segurança do trabalho • Fácil comunicação entre subordinados e superiores • Existência de Acordo Coletivo e ótima imagem junto ao Sindicato de Trabalhadores • Boa imagem institucional perante a sociedade local • O manejo não impacta, negativamente, em quaisquer comunidades locais ou regionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de laudo atestando a potabilidade da água do acampamento • Faltava adequar o PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e o PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) também para a prestadora de serviço • Havia necessidade de melhorar a sinalização da estrada principal • Faltava afixar no Quadro de Avisos cópia do Acordo Coletivo • Necessidade de melhorar a área de abastecimento de combustível 	CAR Maior 2007.02 2007.03 2007.04 2007.05 CAR 2007.04
P 05 : Benefícios da Floresta	<ul style="list-style-type: none"> • A JURUÁ FLORESTAL está investindo em novos processamentos da madeira com o intuito de incrementar o rendimento e ampliar o mercado. • Promoção do uso de novas espécies madeiras não habituais na indústria. No censo de 2006 foram inventariadas 81 espécies florestais. • Possui uma serraria na cidade de Novo Repartimento, gerando emprego e renda; • Utilização de motosserras, skidders e empilhadeiras para o trabalho de colheita que são técnicas economicamente viáveis; • Existência de plano para redução da geração de resíduos (toras longas) • A Juruá promove a compra de bens e serviços de fornecedores locais, sempre que disponíveis; • Existência de inventário florestal contínuo; • Existe uma rede de parcelas permanentes envolvendo 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de Área adicional que garanta a continuidade de produção de madeira. • Um programa de utilização de produtos florestais não-madeireiros poderia ser implementado. 	CAR 2007.01 REC 2007.02

	<p>todas as UPA's que estão sendo medidas regularmente.</p> <ul style="list-style-type: none"> • No PMF está justificado o ciclo florestal e a taxa de exploração. • Existência de um sistema de monitoramento de danos e não conformidades, que verificam desde qualidade técnica utilizada a desperdícios gerados. 		
P 06 : Impacto Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • São realizados procedimentos de avaliação de impactos ambientais antes e depois das atividades exploratórias • São preservadas as espécies vegetais raras através do sistema de escolha de árvores para corte que mantém no mínimo 10% ou 3 indivíduos das espécies remanescentes dentro de cada UT. • O rigor da manutenção da vegetação remanescente garante a manutenção da fauna. • A Juruá mantém parcerias com Instituições de pesquisa como EMBRAPA, Museu Emílio Goeldi e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, para a realização de estudos sobre a fauna e a flora • Implantação dos experimentos sobre tratamentos silviculturais pós corte Definida uma área de 5% para a preservação, além das áreas de preservação permanente. • Existem orientações e medidas para minimizar impactos de obras de infra-estrutura • Utilizam-se técnicas de derrubada direcionada das árvores para reduzir danos, especialmente às árvores da colheita seguinte, para facilitar o arraste e diminuir aberturas excessivas no dossel. • Planejamento e implementação de técnicas para minimizar a compactação e outros danos ao solo, incluindo suspensão da base da tora durante a operação do arraste e minimização da área ocupada por pátios e estradas. • Não são utilizados produtos químicos na UMF. • Existem procedimentos e infra-estrutura implantados para o manuseio, tratamento, descarte, destino final de resíduos e embalagens. • São respeitadas as diretrizes do FSC de acordo com o não uso de OGM. • Não é realizado o controle biológico • O uso de espécies exóticas tem sido utilizado em casos de regeneração de áreas abertas como ao longo de estradas largas, de forma controlada e monitorada. • Não foram convertidas áreas contidas no PMF para quaisquer outros usos. 	<ul style="list-style-type: none"> • A maior parte dos estudos técnico-científicos de monitoramento, desenvolvidos na Arataú, não apresenta resultados conclusivos sobre o efeito do manejo na flora e fauna. • O efeito de borda sofrido pelos corredores que interligam a área de preservação de 5% com a UMF é bastante grande, por serem estes corredores muito estreitos. • Os trabalhadores têm pouco conhecimento dos benefícios do manejo florestal • As áreas de manejo e a área de preservação de 5% sofrem um efeito de borda em função das pastagens vizinhas. • Não existe separação do lixo orgânico do inorgânico para aproveitamento em adubagem na horta do acampamento. 	<p>CAR 2007.05</p> <p>CAR 2007.07</p> <p>REC 2007.03 2007.05</p> <p>REC 2007.04</p> <p>REC 2007.06</p>
P 07: Plano de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> • Foi apresentado o Plano de Manejo contendo os itens previstos • POA para 2007 já aprovado pelo IBAMA • A Juruá utiliza a tecnologia de exploração de impacto reduzido, implementado melhorias em função de conhecimento adquirido; • Programa de treinamento adequado para desenvolvimento do plano de manejo; • O corte de cipós é realizado 12 meses antes da colheita, durante a execução do censo florestal; • Existência de plano para proteção de espécies raras e 	<ul style="list-style-type: none"> • O Plano de manejo apresentado não estava atualizado; • Falta de mecanismos para a melhoria do nível educacional de seus trabalhadores • A Juruá deve publicar o Plano de Divulgação do 	<p>CAR Maior 2007.01</p> <p>CAR 2007.03</p> <p>CAR</p>

	<p>ameaçadas de extinção;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existem procedimentos para construção e manutenção da malha viária; • Monitoramento do crescimento e dinâmica da floresta; • A Juruá realiza o levantamento florestal identificando todas as árvores comerciais com DAP > 45 cm • A mão-de-obra utilizada pela Juruá é suficiente e anualmente existem cursos de capacitação para todo o pessoal envolvido diretamente na operação • A Juruá possui um programa de qualificação já consolidado, através do convênio com o Instituto Floresta Tropical (IFT). 	<p>Plano de Manejo para o público externo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programa de educação ambiental para os funcionários. 	<p>2007.06</p> <p>REC 2007.05</p>
P 8 – Monitoramento e Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • O monitoramento e avaliação dos impactos têm sido conduzidos na UMF. Para todos existem normas e periodicidades predefinidas • Estão sendo realizados os monitoramentos de fauna – pré e pós-colheita, recuperação da floresta após a colheita, aspectos sócias entre outros. • A Juruá implantou um acompanhamento das atividades de colheita por árvore e por operação, fazendo o seu seguimento da floresta até sua transformação. • A Juruá tem uma rede de parcelas permanentes que estão sendo medidos constantemente conforme o programa. 		
P 09 – Manutenção de Florestas de Alto Valor de Conservação	<ul style="list-style-type: none"> • Uma consulta às partes interessadas foi realizada, sem, no entanto, resultar na indicação de qualquer área. 	Apesar da consulta pública realizada não ter indicado uma floresta de alto valor de conservação, a empresa deve dar continuidade aos trabalhos para definição de floresta de alto valor de conservação.	<p>CAR 2007.08</p> <p>2007.09</p>

4.2 Pré-condicionantes ou CAR's Maiores

Pré-condicionantes são ações corretivas (CAR) maiores que são definidas em uma operação florestal após a avaliação inicial e antes que esta operação seja certificada. A certificação não pode ser concedida se existir uma pré-condicionante não cumprida.

As seguintes pré-condicionantes foram definidas à JURUÁ durante a avaliação inicial. Todas foram fechadas e aceitas pela equipe de avaliação.

Antecedentes/Justificativas: O Plano de Manejo deve ser periodicamente atualizado para que os interessados tenham conhecimento do estágio em que se encontra o manejo florestal da empresa.	
CAR Maior 2007.01	Apresentar até 30 de Setembro de 2007 o Novo Plano de Manejo atualizado conforme o P7 e a legislação.
Referência	<i>FSC Critério P7.c2 e P8.c4</i>
Ações da Empresa	
A empresa atualizou o Plano de Manejo e o protocolou junto à SEMA-SECRETARIA EXECUTIVA DO MEIO AMBIENTE (IBAMA) , enviando cópia	

aos auditores.
Posição no final desta auditoria:
Pré-condicionante cumprida

Antecedentes/Justificativas: Apesar de haver o dosador de cloro na caixa d'água do acampamento ele não estava sendo utilizado. Assim a JURUÁ deve ter procedimentos que garantam a potabilidade da água fornecida aos funcionários.	
CAR Maior 2007.02	Garantir até 30 de Setembro de 2007 a potabilidade da água oferecida no acampamento, através de procedimentos como a cloração da água ou de monitoramentos periódicos.
Referência	<i>FSC Critério P4.c2</i>
Ações da Empresa	
A JURUÁ apresentou o laudo de controle de qualidade da água do acampamento e constatou sua plena potabilidade.	
Posição no final desta auditoria	
Pré-condicionante cumprida	

Antecedentes/Justificativas: As Normas Regulamentadoras devem estar obedecidas tanto para a JURUÁ quanto para a prestadora de serviços.	
CAR Maior 2007.03	Incluir até 30 de Setembro de 2007 no PCMSO e PPRA as atividades da Gramaq's.
Referência	<i>FSC Critério P4.c2</i>
Ações da Empresa	
A JURUÁ apresentou os documentos dentro do prazo estipulado.	
Posição no final desta auditoria	
Pré-condicionante cumprida	

Antecedentes/Justificativas: Procedimentos relativos à segurança do trabalho devem ser aprimorados, notadamente a colocação de mais placas sinalizadoras na estrada principal.	
CAR Maior 2007.04	Aumentar o número de placas de sinalização de operações florestais, colocar placas de curvas, e limite de velocidade na estrada principal, até 30 de Setembro de 2007.
Referência	<i>FSC Critério P4.c2</i>
Ações da Empresa	
A JURUÁ confeccionou as referidas placas e as colocou na estrada, como determinada por esta CAR Maior.	
Posição no final desta auditoria	
Pré-condicionante cumprida	

Antecedentes/Justificativas: Todas as cláusulas contidas no Acordo Coletivo devem ser cumpridas. Nesse caso faltava a afixação do documento no Quadro de Avisos do acampamento.	
CAR Maior 2007.05	Afixar no Quadro de Avisos do acampamento o Acordo Coletivo e divulgar aos trabalhadores até 30 de Setembro.

Referência	<i>FSC Critério P1.c1</i>
Ações da Empresa	
A JURUÁ afixou uma cópia do Acordo Coletivo no Quadro de Avisos do acampamento.	
Posição no final desta auditoria	
Pré-condicionante cumprida	

5.0 – DECISÃO SOBRE A CERTIFICAÇÃO

5.1 – RECOMENDAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO

Como determinado pelo protocolo do Programa de Conservação Florestal da SCS, a equipe de avaliação pelo presente recomenda que a **JURUÁ FLORESTAL LTDA.** seja contemplada pela re-certificação de 5 anos do FSC, com o respectivo certificado de “floresta bem manejada”, sujeito ao cumprimento das ações corretivas requeridas descritas no item 5.2, por um período de cinco anos (2007 a 2012). A **JURUÁ FLORESTAL LTDA.** tem demonstrado que o seu sistema de manejo é capaz de garantir que todos os requerimentos dos *Padrões de Certificação do FSC – Forest Stewardship Council para Manejo Florestal em Terra Firme na Amazônia Brasileira* sejam cumpridos na área florestal, objeto desta avaliação. A **JURUÁ** tem demonstrado também que o sistema de manejo descrito está sendo cumprido corretamente, em todas as áreas cobertas por esta avaliação.

5.2 – Ações Corretivas requeridas (CAR's) Iniciais

Antecedentes/Justificativas: A JURUÁ deve apresentar nova área para caracterizar as estratégias de investimentos operacionais de longo prazo que caracterizem a sustentabilidade econômica de longo prazo de seu manejo florestal.	
CAR 2007.01	Apresentar até a auditoria de 2008 uma nova área de manejo para dar continuidade ao processo produtivo da Fazenda Arataú.
Prazo	<i>Auditoria de 2008</i>
Referência	<i>FSC Critério P1.c6.i3 e P5.c1.i2</i>

Antecedentes/Justificativas: Deve haver procedimentos formalizados para coibir atividades ilegais como caça e invasões na área de manejo.	
CAR 2007.02	Apresentar até a auditoria de 2008 procedimentos formais para coibir atividades ilegais na área de manejo.
Prazo	<i>Auditoria anual de 2008</i>
Referência	<i>FSC Critério P1.c5.i1 e P1.c5.i3</i>

Antecedentes/Justificativas: Foram observados inúmeros trabalhadores analfabetos no acampamento. Dessa forma, a JURUÁ deve se esforçar em buscar mecanismos para a melhoria do nível educacional de seus trabalhadores, o que facilitaria, também, a melhoria na qualificação de seus funcionários.	
CAR 2007.03	A JURUÁ deve apresentar em três meses um programa de alfabetização de adultos em parceria com um órgão público, visando a eliminar analfabetismo entre os funcionários em no máximo 2

	anos. Deverá haver um local específico para ministrar as aulas no acampamento e que não comprometa o espaço de recreação.
Prazo	<i>Auditoria anual de 2008</i>
Referência	<i>FSC Critério P7.c3.i6</i>

Antecedentes/Justificativas: Devem ser tomadas medidas para melhorar a segurança dos trabalhadores que lidam com o abastecimento de combustível, assim como os aspectos ambientais e legais da atividade.	
CAR 2007.04	Em relação à área de abastecimento de combustível: a) melhorar o controle dos derramamentos no solo, direcionando-os para dentro da caixa de contenção; b) garantir que a distância mínima de presença de pessoas à área de acesso prevista na legislação seja cumprida, em três meses.
Prazo	<i>Auditoria anual de 2008</i>
Referência	<i>FSC Princípio P4.c2.i3 e P4.c2.i7</i>

Antecedentes/Justificativas: A maior parte dos estudos técnico-científicos de monitoramento, desenvolvidos na Arataú, não apresenta resultados conclusivos do efeito do manejo sobre a flora e a fauna.	
CAR 2007.05	Apresentar na auditoria de 2008 os resultados conclusivos dos trabalhos técnico-científicos especificamente para a Fazenda Arataú, com as possíveis recomendações e pareceres para a melhoria do manejo florestal.
Prazo	<i>Auditoria anual de 2008</i>
Referência	<i>FSC Critério P6.c2.i5</i>

Antecedentes/Justificativas: Conforme Princípio 7, a empresa deverá elaborar e implementar um plano de divulgação do Plano de Manejo para o público externo.	
CAR 2007.06	Apresentar na auditoria de 2008 o Plano de Divulgação do Plano de Manejo para o público externo, com mecanismo de esclarecimento de dúvidas.
Prazo	<i>Auditoria anual de 2008</i>
Referência	<i>FSC Critério P7.c4.i2 e P7.c4.i3</i>

Antecedentes/Justificativas: O efeito de borda sofrido pelos corredores que interligam a área de preservação de 5% com a UMF é bastante grande, por serem estes corredores muito estreitos.	
CAR 2007.07	Em relação aos corredores de fauna que interligam a área de 5% com o restante da área de manejo, tomar a seguinte providência (P6.c4.i3): - Reduzir o leito total da estrada aproximando-o do leito carroçável já existente e iniciar a recuperação com plantio de nativas, especificamente no corredor de 800m de comprimento (auditoria de 2008).
Prazo	<i>Auditoria anual de 2008</i>
Referência	<i>FSC Critério P6.c4.i3</i>

Antecedentes/Justificativas: A avaliação inicial da Juruá Florestal para determinação de atributos que justifiquem Floresta de Alto Valor de Conservação (FAVC) sugeriu que, com exceção de uma espécie rara de macaco (ver CAR 2009), as características gerais da flora e fauna nas áreas de manejo da Juruá são similares àquelas encontradas em toda Amazônia. A consulta pública inicial não indicou nenhum outro atributo que configurasse uma FAVC. Entretanto, as florestas manejadas pela Juruá Florestal são bem conhecidas pela alta diversidade, observada em toda Floresta Amazônica, dessa forma mais análises, trabalhos de pesquisa e consultas são necessários para identificar algum atributo específico ou condições que determinam essa diversidade.	
CAR 2007.08	<p>A Juruá Florestal deve apresentar níveis de conformidade com os requerimentos de Floresta de Alto Valor de Conservação do Princípio 9. Deverão ser apresentados os progressos para as seguintes questões:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Definir todos os possíveis atributos que possam caracterizar uma FAVC, usando todas as fontes de informações possíveis, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> ○ Informações adicionais dos estudos de fauna e flora que vem sendo conduzidos pela Juruá Florestal; ○ Conhecimentos específicos (“primeira mão”) pelos funcionários e contratados da Juruá Florestal sobre áreas específicas, com características diferenciadas das demais; ○ Conhecimentos de órgãos governamentais; ○ Conhecimentos da WWF, e outras organizações de conservação; ○ Outras fontes de informações apropriadas 2. Preparar e implementar um protocolo/documento escrito de como os responsáveis pelo manejo e os trabalhadores de campo irão definir a Unidade de Manejo para os atributos definidos através da complementação do ítem 1 (acima). 3. Desenvolver e implementar diretrizes apropriadas para o manejo das áreas identificadas como FAVC. 4. Desenvolver monitoramento dos protocolos/procedimentos designados á avaliação da efetividade das diretrizes de manejo da FAVC. 5. Estabelecer protocolos/procedimentos para a contínua consulta com partes interessadas na identificação de FAVC e técnicas que serão utilizadas para manter a sua presença.
Prazo	<i>Auditoria de 2008</i>
Referência	<i>FSC Critério P9</i>

Antecedentes/Justificativas: Baseado nos estudos iniciais da empresa, o Macaco Pregro (<i>Cebus kaapori</i>) e seus habitats se enquadram claramente na definição de Floresta de Alto Valor de Conservação pelo FSC. Entretanto, a Juruá Florestal ainda não a identificou como Floresta de Alto Valor de Conservação.	
CAR 2007.09	A Juruá Florestal deve identificar o Macaco Pregro (<i>Cebus kaapori</i>) e seu habitat chave (principal) como FAVC. Usando o melhor

	conhecimento disponível para as necessidades do habitat dessa espécie, a Juruá Florestal deve desenvolver e implementar um conjunto de boas práticas de manejo (por exemplo, criando ligação/pontes de dossel dentro do seu habitat para resguardá-lo dos impactos da colheita).
Prazo	<i>Junho de 2008</i>
Referência	<i>FSC Critério P9</i>

5.3 – Recomendações

REC 2007.01 – Evitar curvas acentuadas no planejamento de estradas.

REC 2007.02 – Realizar estudos de viabilidade de Produtos Florestais Não Madeireiros com instituições externas. (P5.c4.i3)

REC 2007.03 – Divulgar os resultados dos trabalhos técnico-científicos realizados na área de forma didática e em linguagem acessível ao público leigo interno. (P6.c2.i6)

REC 2007.04 – Incluir no Plano de Manejo Florestal a existência do efeito de borda, em função das pastagens vizinhas. (P6.c5.i4)

REC 2007.05 – Os técnicos/pesquisadores que realizarem trabalhos na área poderiam apresentar os resultados e temas relacionados ao manejo para os trabalhadores da JURUÁ. (P6.c5.i10; P7.c3.i4)

REC 2007.06 – O lixo orgânico deveria ser separado do inorgânico, podendo ser utilizado para adubagem (P6.c7.i2)

6.0 – AVALIAÇÕES DE MONITORAMENTO

6.1 Auditoria Anual de 2008

6.1.1 DATAS DA AVALIAÇÃO

- Auditoria de re-certificação: 20 a 23 de Agosto de 2007.
- Avaliação anual: 22 a 24 de Setembro de 2008
- Avaliação aumento de escopo de certificação: 14 a 16 de janeiro de 2009.

6.1.2 EQUIPE DE AVALIAÇÃO

Ana Cristina Mendes de Oliveira: Formada em Ciências Biológicas, pela Universidade Federal de Minas Gerais, com Mestrado em Comportamento Animal, pela Universidade Federal do Pará, e Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, também

pela Universidade Federal do Pará. Professora Adjunto III do Depto de Zoologia e Ecologia de Vertebrados, da Universidade Federal do Pará, Professora Orientadora do Programa de Pós-graduação em Zoologia do Museu Paraense Emílio Goeldi e Pesquisadora Colaboradora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Dra. Ana Cristina está há 13 anos na Amazônia, acumulando conhecimentos na área de Ecologia, principalmente na área de fauna. Na área de Certificação Florestal, participou como auditora de 08 processos de certificação e re-certificação florestal na Amazônia, tendo realizado também auditoria em áreas plantações florestais, na região sul do Brasil.

Enga. Florestal Rossynara Marques, formada há 13 anos pelo Instituto de Tecnologia da Amazônia e pós-graduada em engenharia ambiental pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Com vasta experiência em manejo florestal na Amazônia Brasileira e em gerenciamento e acompanhamento de projetos desenvolvidos em parceria com empresas madeireiras e comunidades. Atuou por cinco anos como coordenadora do Componente Iniciativas Promissoras no âmbito do ProManejo (IBAMA), cabendo como função articular junto as diferentes esferas governamentais de Meio Ambiente ações de fomento para o manejo florestal na Amazônia e a implementação de Centros de Treinamento. Tem amplo conhecimento de manejo florestal comunitário, desenvolvidos na América Central e América Latina. Desde 2000 participa do Grupo de Trabalho –MFC, onde tem acompanhado e contribuído com propostas de políticas públicas. Tem experiência na área de certificação florestal, tendo realizado trabalhos com a IMAFLORA (Brasil) e o Centro de Investigación y Manejo de Recursos Naturales Renováveis – CIMAR (Bolívia). Na área social, implantou e atualmente é responsável pelo desenvolvimento de plano de manejo florestal comunitário em Unidade de Conservação no interior do estado do Pará, apoiando a realização de capacitações, adequação das técnicas de exploração de impacto reduzido para comunidades, segurança no trabalho e gestão comunitária. Trabalhou como assessora do Instituto de Desenvolvimento de Florestas do Estado do Pará-IDEFLOR, na Diretoria de Gestão de Florestas Públicas tendo como principal atribuição a elaboração e implementação de um sistema de monitoramento para as áreas sob processo de concessão florestal do Estado do Pará.

Josué Rogério de Souza (Trainee) Engenheiro florestal pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no Rio de Janeiro. Técnico em Agropecuária pela Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes (EAFI), em Inconfidentes, Minas Gerais com mais de 12 anos de experiência profissional, com manejo florestal sustentável na Amazonas e vem atuando como Coordenador de licenciamento florestal da Empresa Mil Madeireira Itacoatiara, primeira empresa certificada pelo FSC onde também atuou como gerente florestal pelo período de 6 anos. Tem experiência em elaboração, gerenciamento e acompanhamento de projetos de Manejo Florestal aonde vem atuando como autônomo na região Amazônica. Mestrando em ciências florestais e Ambientais pela Universidade Federal do Amazonas com defesa de dissertação marcada para novembro de 2008.

6.1.3 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação da UMF da Fazenda Arataú iniciou-se com a verificação de documentos e os procedimentos formais referentes ao manejo, na sede da Empresa em Novo Repartimento. Nos trabalhos de campo os auditores verificaram os procedimentos operacionais de exploração florestal, planejamento, derrubada, transporte e segurança do

trabalho, bem como a avaliação de aspectos ambientais, conforme o itinerário descrito no item que segue.

No último dia da avaliação os auditores se reuniram para analisar as informações levantadas durante os trabalhos de campo, e confrontá-las com os Princípios, Critérios e Indicadores, dos Padrões de Certificação do FSC. Ao final, foram elaboradas ações corretivas para correção das não conformidades verificadas, apresentadas na reunião de encerramento com a direção de sua equipe técnica.

A avaliação das UMFs de Almerim (Faz. Pica-pau e Sucupira) iniciou-se no acampamento utilizado pelos funcionários. Foram checadas as condições gerais do alojamento, incluindo higiene, alimentação e segurança do trabalho.

Utilizando-se da ferramenta SIG (Sistema de Informações Geográficas), os auditores também checaram em campo, em tempo real, a documentação legal e a caracterização dos Planos de Manejo. No mesmo dia verificou-se a integridade das áreas de amortecimento relacionadas à FLONA (Floresta Nacional) existente nas proximidades da UMF e da área testemunha designada pela empresa.

No dia seguinte os auditores visitaram as comunidades de Cupim, em Prainha e Acarapi, localizadas próximas às unidades de manejo, onde também foram observadas as condições de assistência médica. Nas atividades operacionais de exploração florestal foram verificados os procedimentos de cadeia de custódia, os impactos de infra-estrutura sobre córregos e APPs, como também a derrubada das árvores, o arraste e as condições das estradas. Ao final do dia, os auditores se reuniram para avaliar as informações levantadas na auditoria, onde foram elaboradas CARs (ações corretivas) e apresentadas à equipe técnica da empresa.

6.1.4 Itinerário

6.1.4.1 Áreas visitadas pelos auditores

Data	Itinerário	Consultor
Fazenda Arataù		
22/09/2008	Verificação da documentação da empresa, do Plano de Manejo.	Ana Cristina e Josué
23/09/2008	Verificação das operações florestais, envolvendo plano operacional, a derrubada, traçamento, arraste, condições de segurança, cuidados ambientais, aberturas de trilhas de arraste, conservação e manutenção da malha viária. Verificação dos corredores ecológicos que ligam as áreas de 5% à UMF, Reserva legal e áreas de APPs, visita em talhões exporados em 2008. Visita ao pátio principal de recebimento das toras.	Ana Cristina
	Verificação das operações florestais, envolvendo plano operacional, a derrubada, traçamento, arraste, condições de segurança, cuidados ambientais, aberturas de trilhas de arraste, conservação e manutenção da malha viária. Identificação de tocos de diferentes áreas para rastrear a cadeia de custódia.	Josué

avaliação para inclusão no escopo de certificação existente. As duas UMF denominadas Fazendas Sucupira e Pica-Pau passaram por um longo processo junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente para aprovação do Plano de Manejo, sendo liberado somente em novembro/dezembro de 2008. As fazendas estão localizadas em uma região bastante intensa de atividade madeireira e estratégica para a empresa, já que a Fazenda Pica-Pau faz limite com uma Unidade de Conservação de categoria de uso sustentável (Floresta Estadual do Paru), a qual está sendo preparada para no futuro ser submetida ao processo de concessão florestal pelo Estado do Pará. A indicação para inclusão destas duas áreas no escopo de certificação existente solucionou, em curto prazo, a questão de continuidade do manejo, uma vez que a previsão da Empresa é explorar 1000 ha\ano. O segundo processo encontra-se em negociação e envolve uma área de 350.000 ha.

Posição no final desta auditoria

CAR 2007.01 cumprida

CAR 2007.02	<i>FSC Critério P1.c5.i1 e P1.c5.i3</i>
--------------------	-----------------------------------------

Apresentar até a auditoria de 2008 procedimentos formais para coibir atividades ilegais na área de manejo

Ações da Empresa

A Empresa confeccionou placas explicativas e coibitivas que foram colocadas ao redor da área de manejo, incluindo nas estradas principais que dão acesso à UMF.

Posição no final desta auditoria

CAR 2007.02 cumprida

CAR 2007.03	<i>FSC Critério P7.c3.i6</i>
--------------------	------------------------------

A JURUÁ deve apresentar em três meses um programa de alfabetização de adultos em parceria com um órgão público, visando a eliminar analfabetismo entre os funcionários em no máximo 2 anos. Deverá haver um local específico para ministrar as aulas no acampamento e que não comprometa o espaço de recreação.

Ações da Empresa

A Empresa desenvolveu um Programa de Alfabetização de Jovens e adultos que conta com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, reconhecendo como legais as atividades docentes da Empresa Juruá. Foi montada uma estrutura de sala de aula no próprio alojamento da Empresa, na Fazenda Arataú, onde são ministradas aulas para duas turmas de níveis diferentes. As aulas são ministradas três vezes por semana, no período da noite. Atualmente estão matriculados 20 funcionários que se interessaram.

Posição no final desta auditoria

CAR 2007.03 cumprida

CAR 2007.04	<i>FSC Critério P4.c2.i3 e P4.c2.i7</i>
--------------------	-----------------------------------------

Em relação à área de abastecimento de combustível: a) melhorar o controle dos derramamentos no solo, direcionando-os para dentro da caixa de contenção; b) garantir que a distância mínima de presença de pessoas à área de acesso prevista na legislação seja cumprida, em três meses.

Ações da Empresa

A Empresa melhorou bastante o sistema de abastecimento incluindo o melhor controle dos derramamentos no solo, direcionando-os para dentro da caixa de contenção e a construção de um cercado com contenção por correntes, garantir a distância mínima de presença de pessoas à área de acesso como prevê a legislação.

Posição no final desta auditoria
CAR 2007.04 cumprida

CAR 2007.05	<i>FSC Critério P6.c2.i5</i>
Apresentar na auditoria de 2008 os resultados conclusivos dos trabalhos técnico-científicos especificamente para a Fazenda Arataú, com as possíveis recomendações e pareceres para a melhoria do manejo florestal.	
Ações da Empresa	
Apesar dos esforços da Empresa em buscar parcerias com uma instituição de pesquisa, ainda não foi possível fechar efetivamente esta parceria. Entretanto, como alternativa provisória, a Empresa designou os próprios técnicos para analisar os dados e interpretar de forma que os mesmos se tornem mais acessíveis a serem aplicados no manejo. A Empresa apresentou dados analisados em um relatório técnico e um artigo científico publicado em revista internacional sobre as análises dos monitoramentos de várias empresas incluindo os dados da Fazenda Arataú. Além disto, a Empresa indicou as potenciais instituições parceiras, incluindo aquelas que já trabalharam anteriormente com a Juruá, como o IPAM e a Embrapa. A Empresa já entrou em contato com estas instituições e estão analisando as possibilidades de parceria.	
Posição no final desta auditoria	
CAR 2007.05 cumprida	

CAR 2007.06	<i>FSC Critério P7.c4.i2 e P7.c4.i3</i>
Apresentar na auditoria de 2008 o Plano de Divulgação do Plano de Manejo para o público externo, com mecanismo de esclarecimento de dúvidas.	
Ações da Empresa	
A Empresa depositou um exemplar do resumo público do Plano de Manejo na Biblioteca Pública Municipal na cidade de Novo Repartimento e outro na Matriz em Belém. Em Belém, as dúvidas serão sanadas pelo escritório central da empresa e em Novo Repartimento, pela equipe técnica que lá reside. A Empresa vem desenvolvendo palestras em escola, dentro do programa de educação ambiental.	
Posição no final desta auditoria	
CAR 2007.06 cumprida	

CAR 2007.07	<i>FSC Critério P6.c4.i3</i>
Em relação aos corredores de fauna que interligam a área de 5% com o restante da área de manejo, tomar a seguinte providência: - Reduzir o leito total da estrada aproximando-o do leito carroçável já existente e iniciar a recuperação com plantio de nativas, especificamente no corredor de 800m de comprimento (auditoria de 2008).	
Ações da Empresa	
A Empresa aproveitou a presença de dois estagiários (técnicos florestais) e desenvolveu junto com funcionários um programa de recuperação do corredor de 800 m de largura. Foram plantadas mudas de mogno, paricá e amarelão em toda a extensão do corredor de forma a aproximar o leito total da estrada do leito carroçável já existente.	
Posição no final desta auditoria	
CAR 2007.07 cumprida	

CAR 2007.08	<i>FSC Critério P9</i>
--------------------	------------------------

A Juruá Florestal deve apresentar níveis de conformidade com os requerimentos de Floresta de Alto Valor de Conservação do Princípio 9. Deverão ser apresentados na auditoria de 2008 os progressos para as seguintes questões:

1. Definir todos os possíveis atributos que possam caracterizar uma FAVC, usando todas as fontes de informações possíveis, incluindo:
 - Informações adicionais dos estudos de fauna e flora que vem sendo conduzidos pela Juruá Florestal;
 - Conhecimentos específicos (“primeira mão”) pelos funcionários e contratados da Juruá Florestal sobre áreas específicas, com características diferenciadas das demais;
 - Conhecimentos de órgãos governamentais;
 - Conhecimentos da WWF, e outras organizações de conservação;
 - Outras fontes de informações apropriadas
6. Preparar e implementar um protocolo/documento escrito de como os responsáveis pelo manejo e os trabalhadores de campo irão definir a Unidade de Manejo para os atributos definidos através da complementação do item 1 (acima).
7. Desenvolver e implementar diretrizes apropriadas para o manejo das áreas identificadas como FAVC.
8. Desenvolver monitoramento dos protocolos/procedimentos designados à avaliação da efetividade das diretrizes de manejo da FAVC.

Estabelecer protocolos/procedimentos para a contínua consulta com partes interessadas na identificação de FAVC e técnicas que serão utilizadas para manter a sua presença.

Ações da Empresa

A Empresa identificou três possibilidades de definição de FAVC. A primeira seria a presença de uma formação fitofisionômica diferenciada, denominada de Lajedo, que se caracteriza por um afloramento rochoso no meio da floresta com grande presença de bromélias. A empresa levantou três locais com estas características. Outro atributo seria as chamadas reboleiras de mogno, que ainda não foram identificadas pela empresa em nenhum local. Um terceiro atributo seria a possibilidade de algum sítio arqueológico, uma vez que esta área no passado serviu de área de passagem dos índios Parakanãs. Mas estes dois últimos atributos necessitam de mais estudos para serem definidos. Entretanto, estas áreas ainda não foram definidas formalmente como FAVC.

Posição no final desta auditoria

CAR 2007.08 substituída pela CAR maior 2008-01

CAR 2007.09	<i>FSC Critério P9</i>
<p>Juruá Florestal deve identificar o Macaco Pregó (<i>Cebus kaapori</i>) e seu habitat chave (principal) como FAVC. Usando o melhor conhecimento disponível para as necessidades do habitat dessa espécie, a Juruá Florestal deve desenvolver e implementar um conjunto de boas práticas de manejo (por exemplo, criando ligação/pontes de dossel dentro do seu habitat para resguardá-lo dos impactos da colheita).</p>	
<h4>Ações da Empresa</h4>	
<p>Não existe comprovação científica da presença desta espécie na área da Empresa. Em 2001 foi realizado um levantamento por um pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi, que não atestou a presença desta espécie na área. O monitoramento de fauna realizado desde 2004 até os dias de hoje, também não atestou esta espécie. O conhecimento científico que se tem sobre o <i>Cebus Kaapori</i> é de que sua ocorrência</p>	

comprovada está à margem direita do Tocantins, sendo, os grandes rios na Amazônia, considerados barreiras geográficas para primatas, torna-se ainda mais difícil a ocorrência desta espécie na área da Fazenda Arataú. A empresa afixou cartazes ilustrativos da espécie *Cebus Kaapori* no acampamento para que os funcionários ajudem numa possível visualização do animal, o que nunca aconteceu. Acredita-se não haver base científica para definição de FAVC baseado neste fato.

Posição no final desta auditoria

CAR 2007.09 cumprida

6.1.6 – Novas CARs

Durante a auditoria anual e de aumento de escopo de certificação, foram levantadas as seguintes condicionantes:

Antecedentes/Justificativas: A Empresa fez um levantamento sobre as possibilidades de FAVC na UMF. Algumas áreas foram levantadas como a presença de uma formação fitofisionômica diferenciada, denominada de Lajedo, que se caracteriza por um afloramento rochoso no meio da floresta com grande presença de bromélias. Entretanto nenhuma área de FAVC foi definida formalmente.	
CAR Maior 2008.01	Definir formalmente e mapear as áreas de Lajedo como FAVC, em conformidade com os requerimentos de Floresta de Alto Valor de Conservação do Princípio 9 e: - Incluir no Plano de Manejo, bem como no resumo público, medidas específicas que assegurem a manutenção dos atributos de conservação aplicáveis consistentes com a abordagem de precaução. - Mecanismos de monitoramento anual devem ser conduzidos para verificar a eficácia das medidas empregadas para manter os atributos de conservação apropriados para FAVC.
Prazo	<i>90 dias</i>
Referência	<i>FSC Critério P9c1i1; P9c3i1; P9c4</i>
Ações da Empresa	
A Empresa apresentou relatório definindo os atributos de três áreas de Lajedo como sendo de Alto Valor de Conservação e mapeou estas áreas que estão claramente definidas dentro da área de manejo. Os atributos definidos no relatório para as áreas de lajedo foram: <ul style="list-style-type: none"> • Áreas de valor cênico • Áreas de especial valor cultural Também foram definidos pela Empresa os procedimentos de monitoramento das áreas de FAVC da seguinte forma, como consta no relatório: <p>Monitoramento nas UPA's já exploradas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Coletar informações das equipes de atividades pré-exploratórias sobre a ocorrência de AEVC; 2) Estimativa do total da área de AEVC utilizando: GPS, Bússola e Trena. 3) Definição de um ponto na AEVC, marcação com piquete, para a coleta das coordenadas geográficas com um GPS. Deste ponto parte-se dos azimutes 0° ou 360°(Norte), 45° (Nordeste), 90° (Leste), 135° (Sudeste), 180° (Sul), 225° (Sudoeste), 270° (Oeste) e 315° (Noroeste) até o local onde inicia a floresta 	

<p>ombrófila, medindo-se esta distância.</p> <p>4) Para a estimativa da área do polígono da AEVC liga-se o final de cada reta traçada pelos azimutes.</p> <p>5) Com auxílio das coordenadas geográficas plotou-se na carta imagem da propriedade os locais de ocorrência de AEVC;</p> <p>6) Dentro de cada AEVC devemos identificar as espécies ocorrentes, através de nome vulgar e/ou científico.</p> <p>Monitoramento na UPA FUTURA</p> <p>1) Durante o inventário a equipe deverá informar a ocorrência de AEVC para realizarmos os procedimentos acima citados, para que durante a safra a integridade física das AEVC seja protegida.</p> <p>2) Os mapas de exploração e de derruba deverão conter as AEVC, para realizarmos o monitoramento de sua integridade.</p> <p>Ao final de cada safra a Empresa sugere promover grupo de trabalho para nova avaliação e possível inclusão de novas AEVC ou FAVC. O documento apresentado será incluído no Plano de manejo da Empresa.</p> <p>Posição no final desta auditoria</p> <p>CAR 2008.01 Cumprida</p>

Antecedentes/Justificativas: A Empresa continua estudando novas possibilidades de FAVC, como reboleiras de mogno e presença de sítios arqueológicos.	
CAR Maior 2008.02	Apresentar até a auditoria de 2009 um parecer formal sobre as outras duas possibilidades levantadas para definição de FAVC (possibilidade de áreas de sítios arqueológicos e reboleira de mogno)
Prazo	90 dias
Referência	FSC Critério P9c2
Ações da empresa	
No mesmo relatório de indicação das áreas de Lajedo como áreas de FAVC a Empresa apresentou parecer conclusivo sobre as outras possibilidades levantadas, alegando que:	
<p>1) Os locais de ocorrência de artefatos de índios são todos próximos aos igarapés, portanto dentro das áreas de preservação permanente - APP, porém caso alguma equipe encontre tal local é necessário informar a gerencia.</p> <p>2) Para a espécie mogno geralmente ocorre em APP's, além de estar classificada como espécie protegida dentro da UMF e possuir uma legislação específica para sua exploração.</p>	
Posição até a data de elaboração do relatório	
CAR Cumprida	

Antecedentes/Justificativas: Os funcionários foram treinados para combate a incêndios florestais, entretanto se faz necessário uma reciclagem destes funcionários.	
CAR 2008.03 (Menor)	Realizar até a auditoria de 2009 um curso ou oficina de reciclagem e ou treinamento de combate e prevenção de incêndios para os funcionários da empresa.
Prazo	Auditoria de 2009
Referência	FSC P6.c4.i4

Antecedentes/Justificativas: A empresa Juruá vem realizando o deslocamento por barco de seus funcionários de Novo Repartimento até a cidade de Prainha, cidade mais

<p>próxima às suas áreas de manejo florestal. Custeando a locação do barco e a alimentação durante todo o deslocamento, sendo co-responsável pela segurança de seus funcionários durante o trajeto. Portanto, a empresa deverá avaliar mudanças de procedimentos para viabilização do transporte de seus funcionários fora da unidade de manejo sem implicar em riscos desnecessários à empresa quanto à responsabilidade de transporte, ao mesmo tempo garantindo a segurança e bem estar de seus funcionários.</p>	
<p>CAR MAIOR 2009.01</p>	<p>A empresa Juruá Florestal deve garantir a segurança no transporte de seus funcionários para deslocamento da área de manejo até as suas residências e vice-versa, bem como melhorar a qualidade da alimentação durante esses deslocamentos.</p>
<p>Referência</p>	<p><i>FSC Critério P4c2i15</i></p>
<p>Ações da Empresa</p>	
<p>A Empresa Juruá determinou que realizará o transporte de seus funcionários somente por via terrestre viabilizando o acesso às suas UMF. O transporte hidroviário será realizado por embarcações regionais utilizadas normalmente pela população local. Devendo a empresa viabilizar o deslocamento por via terrestre de seus funcionários da UMF até a Hidroviária de Prainha e vice-versa. Portanto, os auditores avaliaram e concluíram que a empresa tomou a melhor medida, de modo a prevenir futuros problemas trabalhistas relacionados à segurança no transporte de seus funcionários, ao mesmo, garantindo maior segurança e bem estar dos mesmos durante os deslocamentos.</p>	
<p>Posição até a data de elaboração do relatório</p>	
<p>CAR cumprida</p>	

<p>Antecedentes/Justificativas: Com a demora da aprovação do Plano de Manejo e POA das Fazendas Pica-pau e Sucupira, a empresa Juruá não teve tempo hábil para finalizar as atividades exploratórias e retirar toda a madeira armazenada no seu pátio principal. Com isto, vem retirando a sua madeira nos intervalos sem chuva e paralisando as suas atividades de transporte durante as chuvas torrenciais. Entretanto, apesar das medidas preventivas, identificou-se que alguns trechos das estradas estão danificados sendo necessária a paralisação das atividades no campo. Portanto, os auditores concluíram que a empresa diante a impossibilidade de recuperar as estradas devido ao período chuvoso, a empresa deverá apresentar logo de imediato um plano de recuperação visando a continuidade de suas atividades pós-exploratórias e a próxima safra de madeira.</p>	
<p>CAR MAIOR 2009.02</p>	<p>Elaborar um plano de ação com cronograma para a recuperação das estradas utilizadas na exploração de 2008 e início de 2009 realizadas em época de chuva.</p>
<p>Referência</p>	<p><i>FSC Critério P6c5i2; P6c5i6; P7c1i11</i></p>
<p>Ações da Empresa</p>	
<p>Juruá Florestal apresentou um Plano de recuperação de suas estradas devendo dar início as suas atividades em junho de 2009. Tendo estabelecido como procedimento para os meses de dezembro e janeiro a recuperação das estradas de modo a evitar os problemas ocorridos na safra de 2008/2009. Devendo na próxima auditoria avaliar o cumprimento do plano de recuperação de estradas e pontes proposto e se realmente este plano está sendo eficiente para o tipo de logística operacional adotado pela empresa nos períodos críticos.</p>	
<p>Posição até a data de elaboração do relatório</p>	
<p>CAR cumprida</p>	

Antecedentes/Justificativas: A empresa Juruá tem previsão de explorar em 2009 a área de manejo da empresa Vitoria Régia, área esta que faz limite com as duas Fazendas da empresa Juruá, devendo para isto utilizar a mesma estrutura operacional. O que implica da necessidade de estabelecer procedimentos para segregação da madeira a ser certificada e não certificada durante as operações florestais. No caso específico de armazenamento dessas toras no pátio de embarque, identificou-se que este pátio é utilizado por mais duas empresas (Sydney Rosa e Evandro), sendo de propriedade da comunidade Acarapi. Havendo, portanto, a necessidade de procedimentos de controle para não misturar madeira proveniente da empresa Juruá com as das outras empresas.	
CAR Maior 2009.07	Adotar procedimentos para a segregação de madeira das fazendas Picapau e Sucupira, de forma a garantir que não seja misturada em nenhum momento, com a madeira da área da Vitória Régia, também a ser explorada pela Juruá. Adotando os procedimentos para os locais de exploração e pátio de embarque, também utilizado por outras empresas. Esses procedimentos deverão: <ul style="list-style-type: none"> - ser formalizados e implementados durante as operações de derruba, arraste e transporte da madeira; - adotar formulários diferenciados de controle das operações florestais; - estabelecer local específico e devidamente identificado para armazenamento de madeira não certificada e certificada.
Prazo	<i>Auditoria de 2009</i>
Referência	<i>FSC Critério P8c3</i>

Antecedentes/Justificativas: A literatura sobre dendrometria não considera a medição pelo método Francon como método de cubagem, sendo, portanto, o volume geométrico utilizado pela SEMA (Secretaria do Meio Ambiente do Pará) para liberação do crédito de madeira em tora e para emissão das guias florestais para transporte da madeira. A empresa Juruá vem lançando nas guias florestais (GF) de transporte de madeira o volume em Francon, gerando uma diferença de crédito junto ao sistema de controle do órgão ambiental SEMA (SYSFLORA).	
CAR Menor 2009.03	A empresa deverá registrar nas guias florestais de transporte de madeira o volume geométrico extraído nas UPAs colhidas a partir de 2009, adequando seu sistema de controle da cadeia de custódia de forma que relacione o volume autorizado pelos órgãos ambientais com o volume real transportado.
Prazo	<i>Auditoria de 2009</i>
Referência	<i>FSC Critério P1c11;</i>

Antecedentes/Justificativas: As “pontes” construídas pela empresa estão distribuídas em estradas ao longo de áreas da própria empresa como de outras empresas atuante na região. A maioria delas são pontes que não atendem aos requisitos de segurança de transporte principalmente pela a sua largura restrita a largura dos caminhões. Como também, apresentam problemas de assoreamento das APP's sendo necessárias adequações para minimizar os danos ambientais.	
CAR Menor 2009.04	A Juruá deverá reconstruir as estruturas de pontes feitas de outubro/08 a janeiro de 2009 para a exploração das UPAs 01 das Fazendas Picapau e Sucupira garantindo: <ul style="list-style-type: none"> - a segurança para o transporte;

	- MINIMIZAR danos ambientais; - Evitar assoreamento das APP's e de rios ao longo das estradas principais e secundarias, com mecanismos de contenção do escoamento superficial, de modo que não obstrua o fluxo normal do curso d'água.
Prazo	<i>Auditoria de 2009</i>
Referência	<i>FSC Critério P4c2i1; P6c5i6, P7c1i11</i>

Antecedentes/Justificativas: A topografia da região onde se localiza o manejo da empresa Juruá é consideravelmente acentuada, implicando em maior risco de acidentes durante o transporte da madeira. As estradas não se encontram sinalizadas.	
CAR Menor 2009.05	Colocar de placas de sinalização ao longo da rede viária, principalmente nos pontos de grandes riscos de acidentes.
Prazo	<i>Auditoria de 2009</i>
Referência	<i>FSC Critério P4c2i14</i>

Antecedentes/Justificativas: A empresa Juruá explora espécies de grande porte como é o caso da maçaranduba e de copas grandes, caso específico do Piquia. O Piquia ao ser derrubado além de abrir grande clareira, atinge remanescentes apesar do uso de técnica de derrubada direcionada, sendo necessária uma avaliação prévia de projeção das copas visando medidas mitigadoras dos danos ambientais.	
CAR Menor 2009.06	Implantar procedimentos de identificação de árvores de copas grandes durante o inventário florestal para utilização no processo de seleção de árvores para corte, de modo a minimizar os danos ambientais durante a exploração.
Prazo	<i>Auditoria de 2009</i>
Referência	<i>FSC Critério P6c5i8</i>

Antecedentes/Justificativas: A Juruá não adota no campo nenhum sistema de comunicação. A empresa como responsável pela segurança dos trabalhadores deve considerar a necessidade de ter um sistema de comunicação eficaz que venha assessorar nas prestações de primeiros socorros e na logística das atividades da empresa Juruá e de terceiros.	
CAR Menor 2009.08	Instalar rádios transmissores nos veículos utilizados dentro da UMF (próprios e terceiros).
Prazo	<i>Auditoria de 2009</i>
Referência	<i>FSC Critério P4c2i7; P4c2i9</i>

Antecedentes/Justificativas: A Juruá mantém um banco de dados completo da cadeia de custódia desde o inventário a 100% até o produto final. Com informações suficientes para subsidiar uma análise sobre o andamento de suas atividades produtivas e identificar a origem da madeira em qualquer fase do processo. Portanto, se faz necessário sistematizar e analisar as informações de modo a serem utilizadas como ferramenta de acompanhamento das tendências ao longo dos anos e fornecer informações para subsidiar as tomadas de decisão visando melhorias no seu sistema de exploração e sustentabilidade do empreendimento.	
CAR Menor 2009.09	Apresentar informações sobre produtividade e rendimento das operações florestais (área e volume de madeira) ao fechamento de cada UPA, de modo que possam ser usadas como ferramenta de acompanhamento ao

	longo dos anos, e fornecer subsídios para a tomada de decisões quanto ao manejo e à política da empresa.
Prazo	<i>Auditoria de 2009</i>
Referência	<i>FSC Critério P5c3i1; P8c1i1</i>

Antecedentes/Justificativas: A elaboração de mapas dos confrontantes facilita o trabalho dos auditores e principalmente da própria empresa diante a importância de integração com a sociedade local e os cuidados com a Unidade de Conservação da Floresta Estadual do Pará, que faz limite com a área de manejo da empresa.	
CAR Menor 2009.10	Apresentar mapas dos confrontantes das áreas da Juruá Florestal.
Prazo	<i>Auditoria de 2009</i>
Referência	<i>FSC Critério P2c2i3.</i>

Antecedentes/Justificativas: A empresa fez um acordo verbal com os funcionários e vem adotando uma jornada de trabalho de 60 dias corridos, com 8 horas diárias, com direito a folga somente aos domingos. Para os funcionários que moram nas proximidades da área de manejo, é dado a cada 15 dias uma folga de 1 ½ dia e a cada 60 dias é dado uma folga de 10 a 15 dias para os funcionários que são de Tailândia e Novo Repartimento. A permanência continua de 60 dias vem gerando reclamações e insatisfações junto aos funcionários. Os Sindicatos as quais os funcionários são associados localizam-se em Novo Repartimento e Tailândia, não havendo representação sindical mais próxima a área de manejo. Os Sindicatos não participaram das negociações entre empresa e funcionários. Portanto, a empresa deverá buscar maior proximidade aos Sindicatos de modo a garantir transparência e segurança no estabelecimento dos acordos.	
CAR Menor 2009.11	Estabelecer acordo com representação sindical visando á formalização da jornada de trabalho no campo.
Prazo	<i>Auditoria de 2009</i>
Referência	<i>FSC Critério P4c2i8; P4c2i22; P4c2i23; P4c2i29</i>

Antecedentes/Justificativas: A Juruá com apenas 3 meses de trabalho na região já vem interagindo com as comunidades Acarapi e Cupim que localizam-se próximas a sua área de manejo. Vem realizando algumas benfeitorias, adquirindo alguns itens alimentícios e contratando mão de obra local, movimentando desta maneira o mercado local. Entretanto, ha necessidade de estruturação de um conjunto de ações que possam dar sustentabilidade ao apoio dado pela empresa sem caracterizar assistencialismo e potencializar o desenvolvimento socioeconômico dessas comunidades. Alem da necessidade de trabalhar a imagem da empresa de modo a diferenciá-la das outras empresas que atuam na região de forma duvidosa.	
CAR Menor 2009.12	Apresentar um Programa de Interação e Comunicação Social com as comunidades de Acarapi e Cupim, descrevendo: <ul style="list-style-type: none"> • ações, cronograma e orçamento, prevendo atividades de apoio a geração de renda, apoio a saúde e educação; • mecanismos para estabelecimento de canal de diálogo com as comunidades.
Prazo	<i>Auditoria de 2009</i>
Referência	<i>FSC Critério P4c1i1; P4c1i4; P4c4i3; P6c5i10</i>

Antecedentes/Justificativas: A empresa Juruá realiza o escoamento de sua madeira pelo rio Acarapi afluente do Rio Paru, utilizando como pátio de embarque de madeira uma área cedida pela comunidade do Acarapi, às margens do Rio Acarapi. A área também é utilizada por outras duas empresas que operam nas proximidades. Há um acordo verbal da empresa Juruá com a comunidade que em troca do uso desta área a empresa apoiaria a comunidade realizando algumas benfeitorias. Entretanto o acordo ainda não foi formalizado e este deverá fazer parte do Programa social que será implementado pela empresa Juruá.	
CAR Menor 2009.13	Formalizar acordo para concessão de uso da área de propriedade da Comunidade Acarapi utilizada como porto de embarque de toras pela empresa Juruá.
Prazo	<i>Auditoria de 2009</i>
Referência	<i>FSC Critério P2c3i1; P2c3i2</i>

Antecedentes/Justificativas: Praticamente 70% da mão de obra da empresa provem das localidades próximas a UMF, com restrita qualificação. Os serviços mais especializados estão sendo realizados por funcionários deslocados da unidade de manejo de Novo Repartimento ou por pessoas que já tinham sido contratadas em outras ocasiões pela empresa. Os funcionários têm conhecimento de suas funções mais desconhecem a importância da integração de todas as etapas de produção, ou seja, desconhecem sobre a cadeia de custódia.	
CAR Menor 2009.14	Estabelecer programa de treinamento e reciclagem sobre as técnicas de exploração florestal e segurança do trabalho para os funcionários da Juruá e da empresa terceirizada.
Prazo	<i>Auditoria de 2009</i>
Referência	<i>FSC Critério P4c1i2; P4c2i6; P7c3i3</i>

Antecedentes/Justificativas: A empresa Juruá vem utilizando a frágil estrutura da comunidade Cupim para dar assistência médica aos seus funcionários. Em caso de doenças o funcionário é deslocado até o “ambulatório” da comunidade Cupim onde tem disponível uma técnica de enfermagem. Em casos mais graves são deslocados para Prainha. As condições de auxílio médico na região são praticamente inexistentes, havendo atendimento médico somente na cidade de Prainha. Portanto, a empresa deve estar equipada com todo material necessário e preparada para prestar auxílio imediato de primeiros socorros aos seus funcionários.	
CAR Menor 2009.15	Implantar estrutura para primeiros socorros no acampamento da empresa
Prazo	<i>Auditoria de 2009</i>
Referência	<i>FSC Critério P4c2i9; P4c2i10</i>

Antecedentes/Justificativas: A empresa não apresentou documentação referente à CIPA, PCMSO e PPRA.	
CAR Menor 2009.16	Implantar CIPA, PCMSO e PPRA em atendimento a Legislação de Segurança e Medicina do Trabalho
Prazo	<i>Auditoria de 2009</i>
Referência	<i>FSC Critério P4c2i1; P4c2i2; P4c2i6</i>

RECOMENDAÇÕES

Antecedentes/Justificativas: A Juruá vem adotando procedimentos de recuperação das áreas adjacentes à estrada principal que corta o corredor ecológico de 800m, de forma correta. Entretanto sugere-se um maior acompanhamento das mudas e substituição daquelas que por ventura não estão crescendo.

REC 2008.01 Acompanhar o crescimento das mudas plantadas no corredor de 800 m promovendo a substituição das mudas que não vingaram, de forma a garantir a recuperação da área em médio prazo. (P6.c4.)

Antecedentes/Justificativas: Alguns pontos da fazenda Juruá apresentam topografia íngreme, onde mesmo o declive sendo menor do que 45 graus, as atividades florestais são realizadas com certa dificuldade. Acredita-se que em algumas situações o sistema de meia encosta poderia diminuir os impactos causados pelo maquinário. Sugere-se que a Empresa considere esta possibilidade.

REC 2008.02 Verificar a possibilidade de diminuição de impacto do arraste e sobre o maquinário, em áreas com declive acentuado, com o planejamento e abertura de trilhas no sistema de meia encosta. (P6.c5.)

Antecedentes/Justificativas: Identificou-se durante a auditoria uma rotatividade de aproximadamente 70 pessoas no acampamento, havendo somente uma cozinheira para atender as demandas de alimentação do acampamento, apesar de haver apoio em alguns momentos de pessoas não diretamente ligadas à função. Portanto a demanda de trabalho é excessiva, havendo a necessidade de ampliar o número de funcionários para as atividades na cozinha do acampamento da empresa.

REC 2009.01 Verificar a possibilidade de ampliar o número de pessoas envolvidas e responsáveis pelo fornecimento das refeições no acampamento da empresa. (P4.c2.i1).

6.1.7 Inclusão de área

Em janeiro de 2009 foram avaliadas e inseridas duas novas fazendas no escopo de certificação da Juruá, somando um total de 5.651,53 ha, conforme quadro que segue.

Fazenda	Área 5 % (ha)	APP (ha)	RL (ha)	Total (ha)
Pica Pau	280,00	30,286	1.831,274	2.141,56
Sucupira	0,0	85,812	3.424,157	3.509,969
Total	280,00	116,098	5.255,431	5.651,53

6.2 Auditoria Anual de 2009

6.2.1 DATAS DAS AVALIAÇÕES

- Auditoria de re-certificação: 20 a 23 de agosto de 2007.

- 1ª avaliação anual e aumento de escopo: 22 a 24 de setembro de 2008 e 14 a 16 de janeiro de 2009
-
- 2ª avaliação anual: 30 de novembro a 04 de dezembro de 2009

6.2.2 EQUIPE DE AVALIAÇÃO

Eng. Florestal Rossynara Marques, formada há 14 anos pelo Instituto de Tecnologia da Amazônia, pós-graduada em engenharia ambiental pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e, atualmente, em curso de Pós-graduação em Gestão Florestal pela UFPR. Tem experiência em manejo florestal na Amazônia Brasileira e em gerenciamento e acompanhamento de projetos desenvolvidos em parceria com empresas madeireiras e comunidades. Atuou, por cinco anos, como coordenadora do Componente Iniciativas Promissoras no âmbito do ProManejo (IBAMA), com a função de articular, junto às diferentes esferas governamentais de Meio Ambiente, ações de fomento para o manejo florestal na Amazônia e a implementação de Centros de Treinamento. Tem conhecimento de manejo florestal comunitário desenvolvidos na América Central e na América Latina. Desde 2000, participa do Grupo de Trabalho MFC, onde tem acompanhado e contribuído com propostas de políticas públicas. Tem experiência na área de certificação florestal, tendo realizado trabalhos com a IMAFLORA (Brasil) e o Centro de Investigación y Manejo de Recursos Naturales Renovables (CIMAR) da Bolívia. Na área social, implantou e é responsável pelo desenvolvimento de Plano de Manejo Florestal Comunitário em Unidade de Conservação no interior do estado do Pará, apoiando a capacitação quanto à adequação das técnicas de exploração de impacto reduzido para comunidades, à segurança no trabalho e à gestão comunitária. Trabalhou como assessora do Instituto de Desenvolvimento de Florestas do Estado do Pará (IDEFLOR), na Diretoria de Gestão de Florestas Públicas, tendo como principal atribuição a elaboração e implementação de um sistema de monitoramento para as áreas sob processo de concessão florestal do Estado do Pará. Tem trabalhado, desde 2007, com a Sysflor - Certificações de Manejo e Produtos Florestais Ltda, representante da SCS no Brasil, como auditora de Manejo Florestal e Cadeia de Custódia, na região norte e sul do Brasil.

Eng. Florestal Pedro Bernardo da Silva Neto, formado pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), no estado do Pará. Atualmente, cursa Pós-graduação em Geotecnologias pelo IESAM. Tem mais de 10 anos de experiência profissional em manejo florestal sustentável na Amazônia e atuou em instituição/projetos como SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia), Center for International Forestry Research (CIFOR) e Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM) do Estado do Pará. Tem experiência em acompanhamento de projetos de Manejo Florestal e na Área de Geomática, em Análise de Planos de Manejo, e atua, desde 2007, como coordenador do Núcleo de Sensoriamento Remoto do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (IDEFLOR).

6.2.3 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

2.3.1 Itinerário e áreas visitadas pelos auditores

As atividades de auditoria anual da **Juruá Florestal** iniciaram-se no dia 30 de novembro de 2009. Pela manhã, os auditores Rossynara Marques (auditora líder) e Pedro Bernardo (*trainee*) reuniram-se com os responsáveis (engenheiro e gerente) pelo manejo florestal da empresa, no escritório da empresa, em Novo Repartimento, PA, para a abertura oficial da auditoria e definição da programação da auditoria a ser seguida. Após a reunião, os auditores iniciaram os trabalhos com a verificação de documentos relativos ao cumprimento das condicionantes e recomendações em aberto. Foram verificados documentos referentes ao atendimento às questões trabalhistas, programa de treinamento e os procedimentos de segurança do trabalho. Neste dia, os auditores realizaram, também, a vistoria na serraria da empresa e verificaram os procedimentos de controle da cadeia de custódia adotados, tanto para a serraria quanto para o manejo florestal.

No dia 01/12, os auditores visitaram a Fazenda Arataú para verifica os impactos ambientais gerados pelas atividades exploratórias de 2009, bem como para verificar as condições de manutenção da malha viária e de conservação das APP. Neste mesmo dia, utilizando-se da ferramenta SIG (Sistema de Informações Geográficas), os auditores checaram, em campo, em tempo real, a caracterização do Plano de Manejo da Fazenda Arataú, as áreas designadas como FAVC e a cadeia de custódia das atividades de derrubada, arraste e transporte da madeira.

No dia 02/12, no período da manhã, os auditores se deslocaram para as fazendas Sucupira e Pica-pau, localizadas no município de Almeirim. Neste mesmo dia, na parte da tarde, foi verificada, em campo, em tempo real, a caracterização dos planos de manejo, os procedimentos da cadeia de custódia e os impactos ambientais gerados pelas atividades operacionais de 2008. Foram verificadas, ainda, as condições de segurança do trabalho e de moradia dos funcionários da empresa e entrevistados funcionários próprios e terceirizado.

No dia 03/12, os auditores deram seqüência à verificação em campo das atividades de derrubada, arraste e construção de pátios realizadas em 2009 e os impactos ambientais gerados, além dos procedimentos da cadeia de custódia. Neste mesmo dia, foram avaliadas as condições de manutenção de estradas e pontes, os procedimentos para emissão de guias florestais para transporte de madeira e as condições de segurança e trabalho dos funcionários próprio e terceirizado nos pátios de embarque de madeira da empresa. Em seguida, realizou-se uma visita à comunidade Acarapi, localizada às margens do Rio Acarapi, para verificar o cumprimento das ações corretivas em aberto, relativas à presença da empresa na comunidade e dos procedimentos de segregação e controle de madeira certificada no pátio de embarque da madeira (porto). No final da tarde deste dia, os auditores reuniram-se para organizar as observações realizadas e analisar as informações levantadas, confrontando-as com os Princípios, Critérios e Indicadores, dos Padrões de Certificação do FSC. Ao final, foram elaboradas ações corretivas para correção das inconformidades verificadas, que apresentadas na reunião de encerramento com os responsáveis pelo manejo da empresa.

No dia 04/12, pela manhã, os auditores se deslocaram para a cidade de Almeirim para uma visita à serraria da empresa para verificar a possibilidade de avaliação da nova unidade da empresa. Ao final, a auditoria foi encerrada com o retorno dos auditores a Belém.

6.2.4 ESTADO DAS AÇÕES CORRETIVAS REQUERIDAS (CAR) E RECOMENDAÇÕES (REC)

Antecedentes/Justificativas: Os funcionários foram treinados para combate a incêndios florestais. Entretanto, faz-se necessária uma reciclagem destes funcionários.	
CAR 2008.03	Realizar, até a auditoria de 2009, um curso ou oficina de reciclagem e/ou treinamento de combate e prevenção de incêndios para os funcionários da empresa.
Prazo	Auditoria de 2009
Referência	P6.c4.i4
Ações da empresa	
A empresa, através do PREVFOGO, programa executado pelo IBAMA, realizou, em outubro de 2009, o treinamento de combate e prevenção de incêndios florestais de seus funcionários.	
Posição no final desta auditoria	
CAR cumprida.	

Inconformidade: A empresa Juruá tem previsão de explorar, em 2009, a área de manejo da empresa Vitória Régia, área esta que faz limite com as duas fazendas da empresa Juruá, devendo, para isto, utilizar a mesma estrutura operacional. Isso implica a necessidade de estabelecer procedimentos para segregação da madeira a ser certificada e não certificada durante as operações florestais. No caso específico de armazenamento dessas toras no pátio de embarque, constatou-se que este pátio é utilizado, também, por outras duas empresas (Sydney Rosa e Evandro), de propriedade da comunidade Acarapi. Há, portanto, necessidade de procedimentos de controle para não misturar a madeira proveniente da empresa Juruá com as das demais empresas.	
CAR Maior 2009.07	Adotar procedimentos para a segregação de madeira das fazendas Pica-pau e Sucupira, de forma a garantir que não seja misturada em nenhum momento, com a madeira da área da Vitória Régia, também a ser explorada pela Juruá. Adotando os procedimentos para os locais de exploração e pátio de embarque, também utilizado por outras empresas. Esses procedimentos deverão: <ul style="list-style-type: none"> - ser formalizados e implementados durante as operações de derruba, arraste e transporte da madeira; - adotar formulários diferenciados de controle das operações florestais; - estabelecer local específico e devidamente identificado para armazenamento de madeira não certificada e certificada.
Prazo	90 dias
Referência	P8.c3
Ações da empresa	
Para a madeira proveniente das fazendas Sucupira e Pica-pau, a empresa implementou os seguintes procedimentos: <ol style="list-style-type: none"> (a) no inventário 100%, as toras são identificadas com placas de alumínio, com especificações da UT, Faixa e número da árvore; (b) durante a derrubada, as toras recebem identificações, em giz de cera, com indicações da UT, UMF e N°. da árvore; (c) para o arraste, as toras recebem a mesma identificação feita na derruba, acrescida da secção da tora (UT, UMF e N°. da árvore e secção a,b,c...); (d) nos pátios secundários, as toras são traçadas conforme as medidas comerciais, recebendo placas de identificação com as seguintes especificações: UT, UMF, Pátio, N°. da árvore, secção, rodo, comprimento e desconto; (e) posteriormente, as toras são transportadas para o pátio principal (central), onde 	

recebem uma pintura na cabeça (número), na cor verde para toras provenientes da Fazenda Pica-pau e na cor vermelha para as da Fazenda Sucupira. No pátio central, onde há placas indicando “Madeira Certificada”, as toras são empilhadas e segregadas conforme a sua origem (fazenda) e devidamente romaneadas.

Para as toras provenientes da Fazenda Vitória Régia (madeira não certificada), a empresa adota um procedimento semelhante ao estabelecido para as fazendas Sucupira e Pica-pau, com um diferencial as toras recebem a pintura na cor azul e suas placas de identificação contêm o símbolo VR, relativo a Vitória Régia. Além disso, essas toras são armazenadas em um pátio específico, devidamente identificado com placa indicativa de “Madeira não certificada”.

No pátio de embarque, localizado na comunidade Acarapi, as toras são armazenadas em locais distintos por procedência, devidamente identificados e demarcados com piquetes. Para o controle da cadeia de custódia, utiliza-se uma planilha em que consta a sigla de cada fazenda de origem para o controle diferenciado. Isso possibilita a rastreabilidade e a segregação da madeira (certificada ou não FSC).

Posição no final desta auditoria

CAR cumprida.

Inconformidade: A SEMA (Secretaria do Meio Ambiente do Pará) requer o uso do método do volume geométrico para cubagem de madeira para liberação do crédito de madeira em tora e para emissão das guias florestais para transporte. A Juruá Florestal vem lançando, nas guias florestais (GF) de transporte de madeira, o volume estimado pelo método Francon, gerando uma diferença de crédito junto ao sistema de controle da SEMA (SISFLORA).

CAR 2009.03	Registrar, nas guias florestais de transporte de madeira, o volume geométrico extraído nas UPA, colhidas a partir de 2009, adequando seu sistema de controle da cadeia de custódia de forma que relacione o volume autorizado pelos órgãos ambientais com o volume real transportado.
--------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Prazo	Auditoria anual de 2009
--------------	-------------------------

Referência	P1.c1.i1
-------------------	----------

Foi evidenciado, nos documentos (guia florestal e romaneio) que acompanham os caminhões de transporte de toras provenientes das fazendas Arataú, Pica-pau e Sucupira, que a empresa continua registrando os volumes estimados pelo método Francon em vez do método geométrico.

Posição no final desta auditoria

CAR não cumprida e transformada em CAR Maior 2009.18

Inconformidade: As pontes construídas pela empresa estão distribuídas ao longo das estradas nas áreas da própria empresa e de outras empresas atuantes na região. A maioria delas não atende os requisitos de segurança de transporte, principalmente devido à largura insuficiente para os caminhões. Essas pontes apresentam, ainda, problemas de assoreamento das APP que requerem adequações.

CAR 2009.04	Reconstruir as estruturas das pontes construídas no período de outubro/2008 a janeiro/2009 para a exploração nas UPA 01 das fazendas Pica-pau e Sucupira, de maneira que: <ul style="list-style-type: none"> - garanta a segurança no transporte; - minimize os danos ambientais; - evite o assoreamento das APP e dos rios ao longo das estradas
--------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	principais e secundárias, com mecanismos de contenção do escoamento superficial, de modo que não obstrua o fluxo normal do curso d'água.
Prazo	Auditoria anual de 2009
Referência	P4.c2.i1; P6.c5.i6; P7.c1.i11
Ações da empresa	
Durante a auditoria de 2009, verificou-se que a empresa reestruturou as suas pontes, de modo a minimizar os danos ambientais às APP e implantou, como medida de prevenção e de segurança, o uso de placas de sinalização nos trechos com os maiores riscos de acidentes.	
Posição no final desta auditoria	
CAR cumprida	

Inconformidade: A topografia da região onde se localiza o manejo da empresa Juruá é consideravelmente acentuada, implicando em maior risco de acidentes durante o transporte de madeira. Mesmo assim, as estradas não se encontram sinalizadas.	
CAR 2009.05	Colocar de placas de sinalização ao longo da rede viária, principalmente nos pontos com grandes riscos de acidentes.
Prazo	Auditoria anual de 2009
Referência	P4.c2.i14
Ações da empresa	
Ao longo da rede viária (estradas principais) e nos principais pontos de riscos de acidentes (curvas acentuadas e ladeiras), das áreas de manejo da empresa, foram implantadas placas de sinalização de pontes e de velocidade máxima permitida como medida preventiva e de segurança de transporte dos trabalhadores e comunidade local.	
Posição no final desta auditoria	
CAR cumprida.	

Inconformidade: A empresa Juruá explora espécies de grande porte como a maçaranduba e de copas grandes, como o piquiá. Este, quando derrubado, além de abrir grande clareira, atinge remanescentes, apesar do uso de técnicas de derrubada direcionada. Portanto, é necessária uma avaliação prévia da projeção das copas, visando a medidas mitigadoras dos danos ambientais.	
CAR 2009.06	Implantar procedimentos de identificação de árvores de copas grandes durante o inventário florestal para utilização no processo de seleção de árvores para corte, de modo a minimizar os danos ambientais durante a exploração.
Prazo	Auditoria anual de 2009
Referência	P6.c5.i8
Ações da empresa	
No manejo florestal das fazendas Pica-pau e Sucupira, a empresa estabeleceu, como procedimento para o inventário 100%, o registro, em ficha de campo, das espécies com copas ou galhos grandes que tenham potencial para causar grandes danos ambientais. Essas informações subsidiam o processo de seleção das árvores para corte na colheita seguinte.	
Posição no final desta auditoria	
CAR cumprida	

Inconformidade: A Juruá Florestal não adota, no campo, nenhum sistema de comunicação.

CAR 2009.08	Instalar rádios transmissores nos veículos (próprios e terceiros) utilizados na UMF.
Prazo	Auditoria anual de 2009
Referência	P4.c2.i7; P4.c2.i9
Ações da empresa	
A empresa implantou, em seu escritório do pátio central, localizado aproximadamente a 3 km do acampamento da empresa, uma linha telefônica e internet para viabilizar a emissão de guia florestal de transporte e assegurar a comunicação entre as unidades da empresa. Somando-se a isto, ela está avaliando as condições para a ampliação do seu sistema e se capitalizando para melhorar sua estrutura de comunicação. A empresa tem realizado esforços para cumprir a CAR. Entretanto, a atual situação desfavorável do mercado de madeira, somada à lentidão na liberação da AUTEX em 2009 restringiu as ações da empresa. Há, portanto, necessidade de priorizar as atividades, não tendo sido possível instalar rádios nos veículos em 2009. Esta adequação está prevista para 2010. Portanto, a CAR foi prorrogada.	
Posição no final desta auditoria	
CAR prorrogada até a auditoria anual de 2010.	

Inconformidade: A Juruá Florestal mantém um banco de dados completo da cadeia de custódia, desde o inventário a 100% até o produto final. Este banco contém informações suficientes para subsidiar uma análise sobre o andamento de suas atividades produtivas e identificar a origem da madeira, em qualquer fase do processo. No entanto, não há informações sobre produtividade e rendimento das operações florestais (área e volume de madeira) ao fechamento de cada UPA, de modo que possam ser utilizadas como ferramenta de acompanhamento das tendências ao longo dos anos e fornecer informações para subsidiar as tomadas de decisão.	
CAR 2009.09	Apresentar informações sobre produtividade e rendimento das operações florestais (área e volume de madeira) ao fechamento de cada UPA, de modo que possam ser usadas como ferramenta de acompanhamento ao longo dos anos e fornecer subsídios para a tomada de decisões quanto ao manejo e à política da empresa.
Prazo	Auditoria anual de 2009
Referência	P5.c3.i1; P8.c1.i1
Ações da empresa	
A empresa desenvolveu e apresentou, durante a auditoria, planilhas para o acompanhamento do rendimento de sua produção em todas as fazendas.	
Posição no final desta auditoria	
CAR cumprida	

Inconformidade: Não foi constatada a existência de mapas mostrando os confrontantes da UMF. Esses mapas facilitariam o trabalho dos auditores e, principalmente, da própria empresa, dada à importância da integração com a sociedade local e os cuidados com a Unidade de Conservação da Floresta Estadual do Parú, que faz limite com a área de manejo da empresa.	
CAR 2009.10	Apresentar mapas dos confrontantes das áreas da Juruá Florestal.
Prazo	Auditoria anual de 2009
Referência	P2.c2.i3.
Ações da empresa	

A empresa apresentou os mapas mostrando os confrontantes da UMF, nos municípios de Novo Repartimento e Almeirim.

Posição no final desta auditoria

CAR cumprida

Inconformidade: A empresa fez um acordo verbal com os funcionários e vem adotando uma jornada de trabalho de 60 dias corridos, com 8 h diárias, com direito a folga somente aos domingos. Para os funcionários que vivem nas proximidades da área de manejo, em Tailândia e Novo Repartimento, concede-se uma folga de 1 ½ dia a cada 15 dias e uma folga de 10 a 15 dias a cada 60 dias. No entanto, a permanência contínua por 60 dias vem gerando reclamações e insatisfações dos funcionários. Os Sindicatos, aos quais os funcionários são filiados, estão sediados em Novo Repartimento e Tailândia. Assim, não há representação sindical em locais próximos à área de manejo e os mencionados Sindicatos não têm participado das negociações entre a empresa e seus funcionários.

CAR 2009.11	Buscar maior proximidade aos Sindicatos dos trabalhadores, de modo a garantir transparência e segurança no estabelecimento dos acordos e estabelecer acordo com representação sindical visando à formalização da jornada de trabalho no campo.
--------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Prazo	Auditoria anual de 2009
--------------	-------------------------

Referência	P4.c2.i8; P4.c2.i22; P4.c2.i23; P4.c2.i29
-------------------	-------------------------------------------

Ações da empresa

A empresa apresentou o acordo coletivo estabelecido com o Sindicato dos Trabalhadores que tem abrangência territorial nos municípios de Breu Branco, Novo Repartimento e Tucuruí, ao qual estão filiados os trabalhadores da Fazenda Arataú. O Sindicato está presente nas negociações para definir a jornada de trabalho e a faixa salarial, resguardando os funcionários e a empresa. Em 2008/2009, a empresa teve que levar mão-de-obra qualificada das regiões onde já atuou para trabalhar na fase inicial de extração das fazendas Pica-pau e Sucupira, estabelecendo um acordo verbal, contemplando todos os trabalhadores, filiados ou não ao Sindicato dos Trabalhadores. Com a lentidão na liberação dos POA das fazendas, a empresa não avançou, em 2009, na estruturação de sua unidade de serraria na cidade de Almeirim, não cumprindo, na totalidade, a programação do ano. Portanto, ela teve que priorizar as atividades em suas fazendas, de modo a otimizar o tempo e os recursos. Diante dos esforços da empresa para o cumprimento da CAR, os auditores concluíram que esta deve ser prorrogada para 2010.

Posição no final desta auditoria

CAR prorrogada até a auditoria anual de 2010.

Inconformidade: A Juruá Florestal, com apenas três meses de trabalho na região, já vem interagindo com as comunidades Acarapi e Cupim, que se localizam próximas à sua área de manejo. A empresa vem realizando algumas benfeitorias, adquirindo alguns itens alimentícios e contratando mão-de-obra local, movimentando, assim, o mercado local. Entretanto, não há um programa de interação e de comunicação social com as comunidades Acarapi e Cupim.

CAR 2009.12	Apresentar um Programa de Interação e Comunicação Social com as comunidades de Acarapi e Cupim, descrevendo: <ul style="list-style-type: none">• ações, cronograma e orçamento, prevendo atividades de apoio à geração de renda, à saúde e à educação;• mecanismos para o estabelecimento do canal de diálogo com as
--------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	comunidades.
Prazo	Auditoria anual de 2009
Referência	P4.c1.i1; P4.c1.i4; P4.c4.i3; P6.c5.i10
Ações da empresa	
<p>A empresa apresentou um Programa de Interação e Comunicação Social que contempla as seguintes ações para 2010: capacitação de mão-de-obra local para atuação em manejo florestal; palestras de educação ambiental em escolas de ensino fundamental; fomento à organização social nas comunidades; e visitas às fazendas da UMF a fim reforçar a divulgação dos temas ambientais e de manejo florestal debatidos nas palestras.</p> <p>Como mecanismo de diálogo, a empresa promove reuniões nas comunidades, com o objetivo de identificar as demandas para atendimento quando possível. Um dos anseios da comunidade Vista Alegre do Cupim foi a estruturação de um local adequado para o funcionamento do posto de atendimento emergencial de saúde. O posto de saúde é mantido, precariamente, pela Prefeitura de Prainha. Outra demanda foi quanto à manutenção das estradas usadas pela empresa, que dão acesso à Vila. Sua recuperação está prevista para dezembro de 2009. Entre as muitas demandas identificadas, a maioria é relativa à infraestrutura (salão comunitário, construção de igreja etc.), saúde e educação. Entretanto, a empresa vem estreitando a sua relação com as comunidades, de forma cautelosa, de modo a evitar o assistencialismo e assegurar a geração de melhorias às famílias. Trata-se, no entanto, de um processo de amadurecimento de médio a longo prazo, que deverá ser acompanhado pelos auditores no decorrer do desenvolvimento do manejo da empresa.</p>	
Posição no final desta auditoria	
CAR cumprida	

Inconformidade: A empresa Juruá Florestal escoia sua madeira pelo rio Acarapi, afluente do Rio Parú, utilizando, como pátio de embarque de madeira, uma área cedida pela comunidade do Acarapi, às margens do Rio Acarapi. A área é utilizada, também, por outras duas empresas que operam nas proximidades. Há um acordo entre a empresa Juruá Florestal e a comunidade, no sentido de que, pelo uso da área, a empresa apoiaria a comunidade com algumas melhorias. Porém, esse acordo ainda não foi formalizado e deverá fazer parte do Programa Social a ser implementado pela empresa.	
CAR 2009.13	Formalizar o acordo com a Comunidade Acarapi para uso da área, de propriedade desta, como porto de embarque de toras pela Juruá Florestal.
Prazo	Auditoria anual de 2009
Referência	P2.c3.i1; P2.c3.i2
Ações da empresa	
Foi celebrado um acordo com a comunidade Vila Novo Acarapi para concessão de direito de uso da área para embarque de madeira pela empresa. Este documento foi assinado pelo Sr. Amarildo Dutra, presidente eleito pela comunidade.	
Posição no final desta auditoria	
CAR cumprida	

Inconformidade: Praticamente 70% da mão-de-obra da empresa provém das localidades próximas à UMF, com qualificação restrita. Os serviços mais especializados são realizados por funcionários deslocados de Novo Repartimento ou por pessoas que já tinham sido contratadas pela empresa. Os funcionários têm conhecimento de suas funções, mas desconhecem a importância da integração de todas as etapas de produção e da cadeia de custódia.	
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

CAR 2009.14	Estabelecer programa de treinamento e reciclagem dos trabalhadores sobre as técnicas de exploração florestal e de segurança no trabalho para os funcionários da Juruá Florestal e da empresa terceirizada, enfatizando a cadeia de custódia.
Prazo	Auditoria anual de 2009
Referência	P4.c1.i2; P4.c2.i6; P7.c3.i3
Ações da empresa	
Para atender as fazendas de Almeirim e Novo Repartimento, a empresa estabeleceu um programa de treinamento para seus funcionários e terceiros, com início previsto para junho de 2010. O programa prevê treinamento direcionado às práticas operacionais de exploração e de segurança no trabalho, bem como sobre os procedimentos para a cadeia de custódia da madeira.	
Posição no final desta auditoria	
CAR cumprida	

Inconformidade: A Juruá Florestal vem utilizando a frágil estrutura da comunidade Cupim para dar assistência médica aos seus funcionários. Em caso de doenças, o paciente é deslocado até o ambulatório dessa comunidade onde há uma técnica de enfermagem. Em casos mais graves, os pacientes são deslocados para Prainha. Auxílio médico, na região, é praticamente inexistente, a não ser na cidade de Prainha.	
CAR 2009.15	Implantar estrutura para primeiros socorros no acampamento da empresa.
Prazo	Auditoria anual de 2009
Referência	P4.c2.i9; P4.c2.i10
Ações da empresa	
Para atender as fazendas de Almeirim, a empresa disponibilizou dois caminhões para assistência aos trabalhadores, no caso de necessidade de remoção. Há, no alojamento, uma caixa de primeiros socorros e, em cada caminhão, um kit de primeiros socorros. Os motoristas são treinados e qualificados para prestar assistência aos trabalhadores. Caso o atendimento na empresa não seja suficiente, o acidentado é deslocado à comunidade Vista Alegre do Cupim, onde a enfermeira presta o atendimento necessário. Em casos mais graves, o mesmo é levado para Monte Alegre ou Belém. A empresa fornece medicamentos à comunidade Cupim e disponibiliza o transporte em casos de emergência.	
Posição no final desta auditoria	
CAR cumprida	

Inconformidade: A empresa não apresentou documentação referente à CIPA, PCMSO e PPRA, relativa às fazendas em Almeirim.	
CAR 2009.16	Implantar CIPA, PCMSO e PPRA, em atendimento à Legislação de Segurança e Medicina do Trabalho.
Prazo	Auditoria anual de 2009
Referência	P4.c2.i1; P4.c2.i2; P4.c2.i6
Ações da empresa	
A empresa implantou o PCMSO, a CIPA e o PPRA para a Fazenda Arataú. Para as fazendas Sucupira e Pica-pau, no município de Almeirim, o processo vem ocorrendo em etapas. Houve eleição, em 2009, de três funcionários para representarem a CIPA até a sua real implantação, prevista para janeiro de 2010, seguida da contratação de um técnico de segurança. A estruturação dos documentos ficou condicionada ao início das	

atividades operacionais. O atraso se deve, principalmente, à lentidão na liberação dos POA, que só ocorreu em setembro de 2009, e à necessidade de priorizar as atividades de campo, tanto operacional quanto as relativas às questões de higiene e segurança no trabalho, reforçada pela contratação do técnico de segurança. Foi evidenciado, em campo, o cumprimento da legislação sobre a higiene e segurança no trabalho. Tendo em vista o bom histórico da empresa, os auditores decidiram pela prorrogação desta CAR até a auditoria anual de 2010.

Posição no final desta auditoria

CAR prorrogada até a auditoria anual de 2010.

RECOMENDAÇÕES

Antecedentes/Justificativas: A Juruá Florestal vem adotando procedimentos de recuperação das áreas adjacentes à estrada principal que corta o corredor ecológico de 800 m, de forma correta. Entretanto, sugere-se um melhor acompanhamento das mudas e substituição daquelas que, por ventura, não estejam crescendo.

REC 2008.01	Acompanhar o crescimento das mudas plantadas no corredor de 800 m, promovendo a substituição das mudas que não tenham vingado, de forma a garantir a recuperação da área em médio prazo.
--------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Referência	P6.c2.i4
-------------------	----------

Ações da empresa

A empresa estabeleceu como procedimento, a realização de tratamentos culturais a partir do primeiro mês de plantio, incluindo roçagem ao redor das plantas e, quando necessário, o coroamento com enxada. No caso do paricá, faz-se desbaste para deixar somente as plantas que apresentem as melhores condições de desenvolvimento.

Posição no final desta auditoria

REC cumprida

Antecedentes/Justificativas: Alguns pontos da fazenda Juruá Florestal apresentam topografia íngreme onde, mesmo com declive menor que 45°, as atividades florestais são realizadas com certa dificuldade. Acredita-se que, em algumas situações, o sistema de meia encosta poderia diminuir os impactos causados pelo maquinário de arraste de toras.

REC 2008.02	Verificar a possibilidade de reduzir o impacto do arraste de toras sobre o ambiente, em áreas com declive acentuado, mediante planejamento e abertura de trilhas no sistema de meia encosta.
--------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Referência	P6.c5.i9
-------------------	----------

Ações da empresa

Após consultar seus operadores de *skidder* e trator, a empresa optou por não realizar o arraste em meia encosta, por motivo de segurança. Foi observado que, devido à altura da torre do *skidder*, esta operação torna-se insegura, podendo provocar acidentes. Como procedimento, ficou estabelecido no planejamento que, em caso de relevo acidentado, as trilhas serão paralelas à pendente, de maneira a evitar que a máquina trabalhe em meia a. No caso de uso do trator de esteira, o planejamento terá que ser específico para essa máquina. No entanto, isso é de difícil operacionalização, visto que a principal função desse trator não é o arraste de toras, mas sim a abertura de pátios e estradas.

Posição no final desta auditoria

REC cumprida

Antecedentes/Justificativas: Identificou-se, durante a auditoria, um aumento no quadro de funcionários para aproximadamente 70 pessoas no acampamento. Mas, há somente uma cozinheira para atender as demandas de alimentação do acampamento, que fica sobrecarregada, apesar de haver apoio, em alguns momentos, de pessoas não diretamente ligadas à função. Portanto, dada a demanda excessiva de trabalho, há necessidade de ampliar o número de funcionários na cozinha do acampamento da empresa.	
REC 2009.01	Verificar a possibilidade de ampliar o número de pessoas envolvidas e responsáveis pelo fornecimento das refeições no acampamento da empresa.
Referência	P4.c2.i1
Ações da empresa	
A empresa ampliou o número de funcionários para fornecimento de alimentação durante as atividades de campo nas fazendas Sucupira e Pica-pau, colocando, em seu acampamento, três cozinheiras e um ajudante.	
Posição no final desta auditoria	
REC cumprida.	

6.2.5 Novas Condicionantes (CAR) e Recomendações (REC)

Durante a auditoria anual e de aumento de escopo de certificação, foram levantadas as seguintes condicionantes:

Inconformidade: Não cumprimento da CAR 2009.03	
CAR MAIOR 2009.18	Registrar, nas guias florestais de transporte de madeira, o volume geométrico extraído nas UPA, colhidas a partir de 2009, adequando seu sistema de controle da cadeia de custódia de forma que relacione o volume autorizado pelos órgãos ambientais com o volume real transportado.
Prazo	30 dias
Referência	P1.c1.i1
Ações da empresa	
A empresa estabeleceu que, a partir de 06/01/2010, a medida geométrica será utilizada como volume base em todos os procedimentos para emissão dos respectivos documentos fiscais de saídas de toras da Unidade de Manejo Florestal. Foi encaminhada, para evidenciar a mudança de procedimento, a seguinte documentação: informativo, comunicado interno, guia florestal de transporte, romaneio e sua respectiva nota fiscal.	
Posição no final desta auditoria	
CAR cumprida.	

Inconformidade: A empresa não apresentou evidências formais de cumprimento dos acordos internacionais indicados no P1.c3.	
CAR MAIOR 2009.19	Elaborar um documento com o status de atendimento ou não dos acordos internacionais com as respectivas justificativas.
Prazo	90 dias

Referência	P1.c3
Ações da empresa	
A Jurua apresentou em documento as ações relativas ao cumprimento dos Acordos Internacionais. Ressalta-se que o atendimento desses acordos é também evidenciado pela inexistência de demandas judiciais e administrativas que questionem a inobservância pela empresa do disposto pelos tratados. Fato este também assegurado pelo monitoramento continua realizado pela empresa.	
Posição no final desta auditoria	
CAR cumprida	

Inconformidade: O Brasil não é signatário da OIT, entretanto o P1c3i3 do Padrão e Critérios do FSC solicita o cumprimento dessa convenção.	
CAR 2009.20	Elaborar um documento identificando as cláusulas aplicáveis e as conflitantes da OIT com a legislação brasileira
Prazo	Auditoria anual de 2010
Referência	P1.c3.i3

Inconformidade: As atividades relativas ao cumprimento das questões de higiene e segurança no trabalho não vêm ocorrendo de forma integrada na empresa.	
CAR 2009.21	Implementar um plano integrado de gestão de segurança no trabalho para as fazendas da empresa, incluindo a sistematização e análise dos registros de acidentes e incidentes e as CIPA.
Prazo	Auditoria anual de 2010
Referência	P4.c2.i1, i4 e i6.

Inconformidade: O pátio central Acapu, localizado na Fazenda Arataú , não apresenta condições para permanência dos funcionários (próprios e terceirizados) durante a sua atividade de campo. No local, não há nenhuma estrutura sanitária e para as refeições. Mesmo assim, ele vem sendo utilizado, inadequadamente, para preparação de alimentos, refeições e higienização dos trabalhadores.	
CAR 2009.22	Adequar a infraestrutura de campo (pátio central Acapu), na Fazenda Arataú , para permanência dos funcionários (próprios e terceirizados), equipando-a com estruturas sanitárias e para refeições durante o expediente de trabalho.
Prazo	Auditoria anual de 2010
Referência	P4.c2.i1

Recomendações

Antecedentes/Justificativa: A empresa vem ocupando uma área da comunidade Acarapi, no porto, para o embarque da madeira proveniente das fazendas Sucupira e Pica-pau. A área foi concedida formalmente pela comunidade à empresa por um período provisório.	
REC 2009.02	Avaliar a possibilidade de estruturar um porto próprio para embarque de toras, no Rio Parú, para atender suas fazendas localizadas em Almeirim.
Referência	P1.c1.i1

7.0 Resumo dos procedimentos da SCS em relação a investigações de queixas

A seguir é apresentado um resumo dos procedimentos da SCS em relação à resolução de queixas, sendo que os procedimentos completos estão à disposição na SCS mediante pedido. Tais procedimentos foram previstos e estão disponíveis para qualquer organização que perceba algum problema em relação ao Programa de Conservação Florestal da SCS e que tenha alguma razão para questionar a SCS propriamente dita pelas suas ações, ou em relação aos detentores de um certificado da SCS.

Os procedimentos constituem-se no primeiro foro e mecanismo para tentar resolver problemas de forma cordial, logrando com isso evitar a necessidade de envolver o FSC. Queixas podem ser originárias de nossos clientes (ex.: donos de floresta, empresas ou distribuidores) ou de outras partes interessadas (stakeholders). Para haver um padrão nesse procedimento, as queixas devem ser feitas por escrito, acompanhadas de evidências de apoio, e submetidas em 30 dias a partir de quando ocorreram as ações que provocaram as demandas.

A descrição da queixa deve conter:

- Identificação e prever uma pessoa de contato com relação à queixa apresentada.
- Descrever claramente a ação reclamada (data, local, natureza da ação) e que partes ou indivíduos estão associados à ação.
- Explicitar como a ação está violando os requerimentos do FSC, sendo o mais específico possível em relação aos requerimentos do FSC aplicáveis ao caso.
- No caso de queixas contra ações de um detentor de um certificado, mais do que a própria SCS, a queixa deve também descrever os esforços realizados diretamente com o detentor do certificado, para resolver a questão.
- Propor quais as ações deveriam ser tomadas, levando em conta a opinião do requerente.

As queixas formais devem ser submetidas a:

Dr. Robert J. Hrubes
Senior Vice-President
Scientific Certification Systems
2000 Powell Street, Suite 1350
Emeryville, California, USA94608
Email: rhrubes@scscertified.com

Como detalhado no *Manual de Certificação da SCS-FCP*, as investigações sobre as queixas serão realizadas de forma confidencial em um período de tempo razoável. Se apropriado, ações corretivas ou preventivas e, a resolução de qualquer deficiência encontrada em produtos ou serviços, devem ser tomadas e documentadas.